

ISSN 2318-9282

número 12

ano 4

set 2016

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

12

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloísa Dias Bezerra

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Alexandre Bárbara Soares

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Isa Kaplan Vieira

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Paula Uglione

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Hannah Quaresma Magalhães

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

Priscila Gomes

REVISORA

Leninha Fernandes

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, México
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet: jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil <i>Liliana Galindo Ramírez</i>	8
Mãe social: a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional <i>Daniela Ramos de Oliveira e Anna Paula Uziel</i>	17
A dinâmica intergeracional entre jovens e adultos em uma organização de trabalho cubana <i>Yoana Batista Jiménez</i>	29
ESPAÇO ABERTO	
Infância e cinema <i>ENTREVISTA DE Conceição Seixas COM Sandra Kogut</i>	38
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHAS	
“Así, quien quiere estar integrado? La cuestión de la inclusión en la escuela argentina” <i>RESENHA POR Margareth Diniz</i>	47
“Con voces propias: miradas juveniles contemporáneas en San Luis” <i>RESENHA POR Sandra M. Arito</i>	52
“Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis” <i>RESENHA POR Simone Luci Pereira e Maria Fernanda Andrade da Silva</i>	56
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	61
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	65

Editorial

Nesta 12ª edição da DESIDADES contamos com um leque variado de discussões que destacam as múltiplas inserções das crianças e jovens latino-americanos na dinâmica social. Os textos desta edição apontam, sobretudo, a relevância de se considerar a dinâmica inter-geracional entre crianças, jovens e adultos como um aspecto analítico fundamental na compreensão das demandas e ações das novas gerações.

A criança tem aparecido como temática do cinema brasileiro. Ela aparece como figura inspiradora não somente na sua maneira particular de olhar e descobrir o mundo, mas do que ela evoca e provoca nos adultos pela vida afora deslocando-os de sua adultidade. A pesquisadora Conceição Seixas Silva entrevista a cineasta Sandra Kogut, diretora dos filmes “Mutum” e “Campo Grande”, ambos versando sobre as crianças e suas relações com os adultos. Na seção Temas em Destaque, a função de ser mãe, quando se o escolhe ser como profissão, é discutida pelas pesquisadoras Anna Uziel e Daniela Ramos de Oliveira que problematizam esta investidura de maternidade a serviço tanto dos proclamados direitos da criança, como do poder estatal enquanto regulador das relações inter-geracionais.

Conflitos e estranhamentos entre as gerações são discutidos por Yoana Batista Jiménez, pesquisadora cubana do Centro de Investigações Psicológicas e Sociológicas de Havana. A pesquisadora localiza a dinâmica conflitiva no âmbito de uma organização onde a geração mais velha não somente ocupa os cargos de maior poder, como também é portadora daqueles ideais revolucionários, hoje mais distantes da experiência geracional dos mais jovens. Outra visada geracional é abordada pela pesquisadora colombiana Liliana Galindo Ramírez que analisa os dispositivos tecnológicos como catalisadores de transformações nas práticas políticas juvenis no contemporâneo. Significa que os elementos técnicos e materiais ancoram outras dimensões valorativas da ação e do pertencimento ao mundo, que interrogam as práticas de fazer a política das gerações mais velhas.

No âmbito da seção Levantamento Bibliográfico, trazemos o levantamento de 34 publicações latino-americanas sobre infância e juventude nas áreas das ciências humanas e sociais lançadas no último trimestre. Ainda, três resenhas sobre obras lançadas recentemente completam esta edição. Simone Luci Pereira e Maria Fernanda Silva apresentam a publicação ‘Cena Cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis’ de Monica Nunes; Margareth Diniz apresenta a obra de Lucia Garay, ‘Asi quien quiere estar integrado? La cuestión de la inclusión en la escuela argentina’; e Sandra Arito apresenta a obra ‘Con voces propias: miradas juveniles contemporáneas en San Luis’, de Graciela Castro. Estas três resenhas abordam o universo multifacetado das juventudes latino-americanas: o consumo, as expressões estéticas, a escola e a participação social e política.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet:

jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil

Liliana Galindo Ramírez

Introdução



IMAGEM: Khalid Albaih

As e os jovens na América Latina são atores de um mundo contemporâneo que experimenta diversas mutações sociais, políticas, culturais e midiáticas. Suas ações neste contexto não só falam da singularidade da vida deles e do que acontece na América Latina, mas suas bandeiras e suas práticas nos permitem olhar para o que acontece além dessas fronteiras: o mundo que muda está aqui contido e insinuado e as dinâmicas emergentes que ali aparecem sugerem tanto continuidades como rupturas. A partir do estudo¹ do movimento estudantil colombiano e Ocupa Sampa no Brasil, ambos em 2011, sugerimos alguns elementos de análise próprios desses movimentos susceptíveis de instigar a reflexão sobre outros movimentos e reconfigurações contemporâneas².

1 Este artigo é derivado da pesquisa realizada pela autora no âmbito do doutorado em ciência política, orientada a analisar a transformação das práticas políticas de jovens mediadas pela Internet e pela rede social digital Facebook, especialmente através dos casos do movimento estudantil colombiano Mane e Ocupa Sampa no Brasil, em 2011. Este texto evoca de forma muito breve alguns dos resultados desta pesquisa.

2 O trabalho de Feixa; Leccardi e Nilan (2016) faz, a partir do campo dos estudos de juventude, um conjunto de contribuições que centram a atenção na questão do espaço-tempo através da categoria cronotopo. Outro dos trabalhos de Feixa contribui para uma reflexão sobre a categoria juventude através da referência à “#Geração” (Feixa, 2014).

Assim, no começo da presente década uma série de movimentos ocorreu em diferentes partes do mundo: a chamada “Primavera Árabe”, desde 2010, os *Indignados*, os *Occupy*, o movimento estudantil chileno, em 2011, a “Primavera de Quebec”, o movimento mexicano #YoSoy132, em 2012, as jornadas de junho no Brasil, em 2013 e, mais recentemente, o “Nuit Débout”, na França. Sem procurar igualá-los ou fazer uma lista exaustiva, mas no intuito de evocar alguns dos movimentos desenvolvidos ao longo desta década, uns com mais cobertura da mídia do que outros, podemos perguntar-nos se para além da sua proximidade temporal e, apesar da distância geográfica entre eles, há semelhanças e conexões, por exemplo, em termos de suas reivindicações, modos de ação e organização.

Movimentos colombiano e brasileiro: contribuições e perguntas

A irrupção da internet na vida social tem sido considerada a partir de perspectivas diferentes e, ainda, desde posições extremamente opostas. Assim, por exemplo, a incorporação da Internet na vida contemporânea já foi descrita como sinônimo de opressão, restrição das liberdades individuais e até mesmo de “política do pior”, como afirmado por autores como Paul Virilio (1996). E ao invés, longe do olhar dos determinismos opressores, foi concebida sob premissas radicais como a que afirma categoricamente que ninguém controla a Internet, como argumentado por Manuel Castells (2001). Além disso, autores como Cardon³, desenvolvem um trabalho de captura de informação *on-line* e *off-line*⁴ que visa aprofundar a pesquisa empírica e a conceituação que pode ser derivada de um trabalho interdisciplinar.

O que significa se mobilizar em torno de certas causas, num contexto em que as práticas de convocatória, divulgação, organização e protesto estão mediadas por plataformas digitais como o Facebook? Existem múltiplas especulações sobre o impacto das tecnologias digitais na vida contemporânea. No entanto, são menos abundantes os trabalhos que realizam uma pesquisa empírica que inclui a captura e processamento de dados provenientes dessas tecnologias digitais, que permitam dar conta dos usos e apropriações específicas que os diversos atores fazem delas.

Consideramos, portanto, que qualquer tentativa de responder a esse tipo de perguntas deve passar por uma exploração empírica que interrogue singularidades e aspectos comuns dos processos *on-line* e *off-line*, a partir de abordagem que favoreça o olhar indutivo – especialmente valioso num campo pouco pesquisado como aquele que nos interessa –, que alimente as reflexões com base nos usos, atores e contextos concretos e contribua para superar a especulação profusa, os determinismos e o sentido comum que prevalece nesta área. Vamos começar brevemente apresentando nossos casos e a abordagem empírica realizada no âmbito da presente pesquisa.

3 Dominique Cardon, sobre “a democracia Internet”, fala de duas transformações fundamentais “(...) por um lado, o direito de tomar a palavra em público se estende (...) e, por outro lado, as conversas privadas entram no espaço público (...) se o espaço público se abrir para a intervenção cada vez mais ativa dos indivíduos é, entre outras razões, porque as formas de ser se transformam. Esta abertura do espaço público aos indivíduos traz consequências de primeira ordem. Ela introduz no mundo da informação e da política modos de estar juntos, de interagir e cooperar que permaneciam até então restritos ao espaço das sociabilidades privadas” (Cardon, 2010, pp. 11). Tradução da autora para o espanhol e tradução nossa para o português.

4 O projeto Algopol (S.f.) é um dos exemplos.

Primeiro a Tunísia, depois foi o Egito, e mais tarde em grande parte do Norte da África e Médio Oriente, em seguida, na Espanha, Irlanda, Grécia e Israel; centenas de milhares de estudantes, desempregados, trabalhadores e cidadãos comuns encheram praças e parques, contra uma ordem econômica internacional injusta e que está em fase de declínio. Na América Latina estudantes de Puerto Rico, a Colômbia e outros países estão mobilizados sob o norte da luta social no Chile que já completou mais de 3 meses de ocupações e marchas estudantis (...). (Declaração de Mane, 20 e 21 de agosto de 2011).

Por um lado, um movimento estudantil, sem precedentes nas quatro décadas, vê a luz na Colômbia. Uma série de manifestações contra o projeto de reforma da Lei 30, que regulamenta o sistema de ensino superior na Colômbia, foi realizada em 2011, considerando que esta reforma se traduzia num projeto de aprofundamento da privatização da educação que, inicialmente, visava, entre outros aspectos, a dar livre curso aos fins lucrativos das instituições de ensino superior no país⁵. Após vários meses de protesto efervescente, em agosto o movimento ganha corpo na “*Mesa Amplia Nacional Estudiantil*” (Mane), que constitui um grande espaço de convergência tanto de uma multiplicidade de coletivos e organizações como de setores sem nenhuma filiação organizacional. O movimento, de início pouco visível na mídia convencional, aparece mais tarde nos seus títulos. Após vários meses de manifestações, que incluíram uma Greve Nacional Universitária de mais de um mês, o projeto de lei em questão foi finalmente retirado pelo governo nacional, liderado por Juan Manuel Santos, e a greve é finalizada, fato que marca o auge do movimento que, não sem tensões internas, consegue uma importante vitória e firma-se na luta em defesa da educação pública.

Novos ventos sopram no mundo. A força das ideias e da organização dos povos recoloca esperanças diante da melancólica ordem imposta pelos poderosos. Uma sociedade pautada pelas regras infinitas do mercado é uma sociedade sem futuro. O povo que se levanta em todos os continentes é rebelde por muitas causas. O autoritarismo das péssimas condições de vida somado à prisão de ser governado por regimes pseudo-representativos é o que dá o tom deste novo grito (...). (Manifesto 1, Blog Ocupa Sampa).

Além disso, durante estes meses decisivos para Mane, em São Paulo e em outras cidades do mundo e do Brasil, configura-se um movimento local inspirado pelos *Indignados* da Península Ibérica e em resposta ao chamado movimento global Ocupa⁶, acontecido em 15 de outubro, conhecido como #15O. Este movimento retoma e apropria-se dos slogans “Nós somos os 99%” e “Democracia real agora!”, sem ser uma cópia desses movimentos: Ocupa Sampa reúne distintas pessoas, críticas do sistema econômico e do regime democrático que experimentaram, e torna-se o ponto de convergência de um conjunto amplo e diverso de reivindicações. Seu nome extenso, como registrado na mais frequentada das páginas registradas no Facebook, “Acampa Sampa Ocupa Sampa” refere-se ao modo de manifestação (acampamento), bem como à natureza do movimento, como parte dos *Occupy* e ao mesmo tempo como um movimento

5 Uma ampliação mais detalhada sobre o desenvolvimento de Mane e do controverso projeto de lei pode ser consultada em Cruz (2013).

6 O trabalho intitulado “Occupy, movimentos de protesto que tomaram as ruas”, de que participaram vários autores, constituiu uma das primeiras contribuições para a análise do movimento Ocupa no Brasil e no mundo (Harvey et al, 2012).

paulista. Este movimento teria reunido cerca de 600 jovens, em 250 tendas localizadas no Vale do Anhangabaú, sob o Viaduto do Chá (Oliveira; Segurado, 2014), por cerca de um mês e meio, antes de serem expulsos pela polícia e reassentarem-se em outros espaços públicos. Os ‘Ocupa São Paulo’ (Oliveira, 2014) auto gestaram um modo de vida coletivo, protestando contra um sistema desigual, e através de um conjunto de ações possibilitaram uma experiência coletiva, local e internacional sem precedentes.

Tendo realizado um trabalho de campo que incluiu consulta a fontes *on-line* e *off-line*, particularmente entrevistas⁷ com jovens ativistas, e a construção de um banco de dados a partir das páginas do *Facebook* de ambos os movimentos, conseguimos observar uma série de elementos, a partir da integração na mesma análise das duas dinâmicas (*on-line* e *off-line*). Os dois movimentos foram desenvolvidos de forma independente um do outro e, no entanto, um ato os colocou em relação: trata-se da *Marcha Continental por la Educación*, iniciativa dos movimentos estudantis da Colômbia (Mane) e Chile (Confech⁸), convocada para o dia 24 de novembro de 2011, cuja chamada foi atendida em vários países e movimentos, como foi o caso Ocupa Sampa. Entretanto, para além desta ligação extraordinária, que conseguiu reunir em um evento internacional vários protestos locais, os dois movimentos compartilharam uma série de aspectos importantes em comum. Entre eles, alguns dos destaques são: uso intensivo e extensivo de plataformas digitais, sem cuja mediação nenhum deles teria adquirido a forma e o modo de operação que adquiriram; seu caráter “apartidário” (não deve ser confundido com “antipartidário” ou com “apolítico”)⁹, que inclui uma declaração explícita de que o movimento não pertence a nenhum partido político, mas que, por sua vez, não impede seus membros de participar, independentemente da sua filiação ou não, a estruturas partidárias; e sua estrutura interna, que em estreita relação com o anterior, ganha corpo na procura de uma maneira de organização diferente daquela dos partidos políticos, como a ausência de um líder, modo de funcionamento por comissões e a busca de formas de decisão consensuais não centralizadas.

No caso de Mane, seu modo de operação se estruturou com base na existência de grandes mesas universitárias locais, em um comitê operacional, em um corpo nacional de porta-vozes e nas comissões acadêmicas de direitos humanos e comunicações. No caso de Ocupa Sampa, as comissões eram mais numerosas e variáveis. No âmbito de nossa pesquisa identificamos as seguintes: de alimentação, de ação direta, jurídica, de infraestrutura, de lixo, de segurança, de recepção, de programação, de restauração, de movimentos sociais, de crianças no acampamento e de comunicação, tendo sido possível a existência de outras comissões, dada a sua emergência, muitas vezes pragmática (segundo circunstâncias e necessidades específicas) e transitória (cuja duração depende de necessidades específicas e mutantes). Sem entrar em detalhes sobre cada uma delas, cabe assinalar que a única comissão presente em ambos os casos em caráter permanente, foi a de comunicação. Como em outros movimentos contemporâneos a comunicação está no centro das atividades¹⁰, com interligação estreita entre a ação *on-line* e *off-line*.

7 Uma menção especial de apreço e agradecimento à Profa. Rita de Cássia Alves Oliveira (PUC São Paulo, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais) por ter compartilhado e colaborado na mesma aventura de pesquisa sobre movimentos juvenis e uso de tecnologias digitais na Colômbia e no Brasil e cuja contribuição para esta pesquisa foi decisiva.

8 Confederación de Estudiantes de Chile. Confederación de Estudiantes do Chile.

9 Um aprofundamento da reflexão sobre o caráter político do denominado “apolitismo” juvenil na perspectiva deste trabalho pode ser consultado em Galindo-Ramírez (2013, 2015).

10 Ariadna Fernandez-Planells (2016) realiza uma pesquisa sobre cultura juvenil, ativismo social e comunicação digital que analisa, entre outras questões, a dinâmica do movimento dos *Indignados* em Barcelona, seu funcionamento por comissões, incluída a comissão de comunicação, a partir de uma abordagem centrada na audiência ou recepção.

Este modo de funcionamento, que tende a uma organização não hierárquica, mas horizontal, não está isento de conflitos e tensões internas, devido, entre outras causas, à coexistência de posicionamentos e orientações distintas dentro de cada movimento e à confluência e persistência de modelos clássicos, convencionais e até mesmo partidários, que se expressaram em diferentes momentos e diferentes graus em cada um dos movimentos estudados. Vejamos, através de trechos de entrevistas, alguns dos elementos relativos a questões que foram fonte de divergências, e que, além dos conflitos internos que podem estar mostrando, são especialmente indicadores de questões não resolvidas no centro da dinâmica destes e de outros movimentos contemporâneos, em relação à *comunicação para contestar o poder* e à *contestação do poder da comunicação*.

(...) pelos perfis do *Twitter* de diferentes porta-vozes e (Jaime)¹¹ tem infinidade de seguidores, (Simon)¹² tem milhares, esse menino tem por volta dos 30.000 seguidores no *Twitter* (...), bem impressionante é a manipulação que, especialmente eles dois, fizeram das suas contas no *Twitter* e no *Facebook*, (Simon) não passa um dia sem colocar pelo menos três *Tweets* e isso, digamos, em algum momento trouxe vantagens e em alguns aspectos trouxe sérias desvantagens. Porque o problema é quando você começa a *Twittear* para (questões partidárias) (...) e isso (...) de uma forma ou outra faz com que se tensione um pouco o ambiente, porque você sabe que você está falando para 30.000 ou 40.000 pessoas e, pois, não estão falando sobre o que é relativo ao grêmio (...). (Lina, uma jovem ativista da Mane).

É claro que as redes digitais dos movimentos devem expressar as ideias e reivindicações dos movimentos e não as que correspondem a posturas individuais ou partidárias. No entanto, aparece aqui a questão do uso de redes sociais digitais pessoais no contexto da ativa participação individual num movimento.

Estas ferramentas exigem uma gestão responsável, todas. É preciso que se faça uma gestão democrática delas, mas também que seja organizada. Parece ser bobagem, mas não se pode dar a senha do *Facebook* para cinquenta mil ou sessenta mil estudantes que estão envolvidos no *Facebook* da Mane (...). Aqui corresponde-nos combater através do *Facebook* e *Twitter* e no dia que esses meios forem fechados nos corresponderá também lutar através de folhetos e como já temos vindo a fazer até agora, por isso é que não temos substituído um meio pelo outro. É mais uma ferramenta, na minha opinião é subsidiária (...). O número de visitas do blog da Mane de novembro para dezembro, de outubro para novembro, foi uma coisa incrível, que bateu o recorde de votos na urna virtual Caracol Television¹³, fomos *hashtag* em *trending topics* cerca de três ou quatro vezes. (Simon, um jovem ativista da Mane).

11 Os nomes foram mudados a fim de preservar a identidade dos/das jovens que participaram das entrevistas. Nesse caso, só esclareceremos que se trata de um dos porta-vozes da Mane que também foi entrevistado no âmbito desta pesquisa.

12 Outro dos porta-vozes da Mane que também foi entrevistado.

13 Uma das estações de televisão mais assistidas na Colômbia.

Uma vez que o critério de “não partidarismo” se aplica às redes do movimento, é legítimo usar redes pessoais para fins partidários? Mesmo que essas redes se tenham nutrido (e o número de seguidores incrementado) de um movimento não partidário? Ou, ao invés, essa utilização deve ser proibida, alargando assim o princípio não partidário ao âmbito da manipulação das contas pessoais de seus ativistas?

(...) quem era da comissão de comunicação eram aquelas mesmas 3 ou 4 pessoas que tinham o conhecimento e acesso às redes sociais, o que na realidade centralizou ainda mais o poder, porque se qualquer pessoa quisesse postar algo tinha que procurar essa meia dúzia de pessoas que tinha a senha do computador, da Internet etc... Ou seja, se você não conhecesse ninguém da comunicação você não postava nada. Nisso teve uma briga entre duas pessoas com visões divergentes de como deveria se dar a relação com a comunicação (Mauro, jovem ativista do Ocupa Sampa).

Se bem que a comissão de comunicação do Ocupa Sampa foi uma das que tiveram assembleias com uma grande plateia, abrindo as discussões e decisões tomadas para todos os que quiseram participar, desde o conteúdo das publicações até a identidade visual, duas constatações tornam-se evidentes: 1) o acesso às senhas das contas do movimento é restrito a algumas poucas pessoas (e que todos tivessem acesso a elas não parece ser uma solução) e 2) a necessidade de publicar conteúdos relativos ao movimento por parte de membros sem acesso direto às contas sempre pôde ser atendida.

Era tudo discutido em reunião. O *layout* das páginas era discutido, a identidade visual e tal. Várias pessoas faziam projeto e a gente votava. Na verdade, a gente não votava, a gente decidia por consenso, decidíamos o melhor ou os melhores (...). Quem tivesse uma pauta para colocar levantava a mão e tinha uma pessoa que ia colocando as pautas. Essa pessoa que anotava era voluntária na hora, ela se propunha e executava a tarefa (...). (Luciana, jovem ativista do Ocupa Sampa).

A busca de formas coletivas e horizontais de ação e as restrições na gestão das ferramentas digitais de comunicação do movimento definem dois fenômenos de uma mesma dinâmica, destacando a importância das inter-relações entre as modalidades coletivas, amplas e restringidas de discussão, decisão e ação.

No entanto, a análise do conteúdo publicado nas páginas do *Facebook* de ambos os movimentos permitiu ver, entre outras coisas, que as publicações feitas pelos administradores tendem a expressar o resultado do consenso e das lutas, reivindicações e chamados próprios do movimento, enquanto os comentários se tornam uma plataforma de opinião *on-line* que em alguns casos expressa controvérsias e divergências dentro do movimento.

Então, muitas vezes descobrimos que um *post* (ou publicação no mural do *Facebook*) com baixo número de curtidas e elevado número de comentários é expressão de um dissenso, enquanto um *post* com um elevado número de curtidas (função “curtir”) é expressão de apoio e simpatia com o movimento. Uma fonte de dissenso, nesse sentido, pode efetivamente tornar-se motivo de um aumento da atividade *on-line* visível também *off-line*, como é o caso de Mane, por ocasião da decisão de suspender a greve nacional da universidade, quando centenas de comentários no mural da página do *Facebook* criticaram a forma como esta decisão foi tomada. Mas também a dissidência pode ser expressa *off-line* sem que por isso seja visível *on-line*, como por exemplo, no caso de Ocupa Sampa, no âmbito das assembleias em que surgiram divergências sobre o funcionamento interno relacionado com o trabalho das comissões, sem que por isso se encontrem rastros destas diferenças nos comentários em páginas do *Facebook*. Isso permite chamar a atenção para outras questões, como a reconfiguração de visibilidade e invisibilidade do que acontece *on-line* e *off-line*, como parte das reconfigurações em curso, na era da Internet.

Conclusão

O estudo dos dois casos latino-americanos, mantendo como pano de fundo um olhar sobre a dinâmica de outros movimentos contemporâneos, nos permite observar semelhanças em termos da orientação não partidária, da organização que tende a ser horizontal e da estruturação em comissões, das apropriações de redes digitais como o *Facebook*, das críticas contra modos de funcionamento centralizados próprios das instituições políticas clássicas, ao mesmo tempo que estas dinâmicas coexistem com a persistência de modos de funcionamento mais próximos à democracia representativa do que à democracia direta. As ferramentas da Internet podem ser apropriadas de maneiras muito diferentes. E a forma específica que a Internet assume é inseparável dessas apropriações singulares e múltiplas. Estes movimentos transmitem utopias recriadas no seio de sua ação coletiva e anunciam e propõem outros modos de viver juntos, em que a atividade *on-line* e *off-line* se integram para produzir realidades que juntam experiências, afetos¹⁴ e saberes acumulados de formas de organização e mobilização precedentes, com os desejos, projetos e manifestações que procuram criar condições de possibilidade de existência. Isso inclui mobilizar-se por contribuir para gerar ações e construir um mundo capaz de superar as fortes desigualdades sociais e econômicas e profundas restrições das democracias que estas gerações de jovens têm experimentado. Muitas das reivindicações e práticas são novas e outras encarnam formas de continuidade frente a movimentos anteriores. No entanto, as plataformas que medeiam a atividade desses movimentos têm lugar num mundo midiático, social e político em mutação. Muitas das mudanças e dinâmicas que estão se produzindo expressam as singularidades dos atores e contextos locais e, por sua vez, maneiras de agir coletivamente e mobilizar-se para além das fronteiras nacionais e continentais.

14 Andrea Bonvillani (2013, 2015), realiza uma valiosa contribuição a este respeito através da pesquisa sobre a elaboração política da alegria e sobre o lugar dos afetos no contexto de ações e mobilizações juvenis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGOPOL. Le projet Algopol. Disponível em: <http://app.algopol.fr/info#>.
- BONVILLANI, A. (Org.). **Callejeando la alegría... Y también el bajón**. Etnografía colectiva de la marcha de la gorra. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2015.
- BONVILLANI, A. Cuerpos en marcha: emocionalidad política en las formas festivas de protesta juvenil. **Nomadas**, v. 39, p. 90-103, 2013.
- CARDON, D. **La démocratie Internet: Promesses et limites**. Paris: Seuil, 2010.
- CASTELLS, M. Internet y la sociedad red. **La factoría**, n. 14, fev./set., 2001.
- CRUZ, E. La mane y el paro nacional universitario de 2011 en Colombia. **Ciencia Política**, n. 14, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/41520>
- FEIXA, C.; OLIART, P. (Org.). **Juvenopedia: Mapeo de las juventudes iberoamericanas**. Barcelona: NED Ediciones, 2016.
- FEIXA, C.; LECCARDI, C.; NILAN, P. (Org.). **Youth, Spaces & Times**. Agoras and Chronotopes in the Global City. Leiden & Boston: Brill, 2016.
- FEIXA, C.. **De la generación @ a la # generación**. Barcelona: NED, 2014.
- FERNANDEZ-PLANELLAS, A. Keeping up with the news. Youth Culture, Social Activism & Digital Communication. 2015. Tese de Doutorado. Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2015.
- GALINDO-RAMIREZ L.; OLIVEIRA, R. Movimientos juveniles y usos de las tecnologías digitales en América Latina: Ocupa Sampa de São Paulo y Movimiento estudiantil colombiano MANE. In: CUBIDES, H. et al (Org.) **Juventudes latinoamericanas**. Prácticas socioculturales, políticas y políticas públicas. Buenos Aires: Clacso, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20150522115424/juventudes.pdf>
- GALINDO-RAMIREZ, L. Política y juventud en la era digital: una mirada a través de los casos de Colombia y Brasil. In: ACOSTA, F. (Coord.). **Jóvenes, juventudes, participación y políticas**. Asociados, organizados y en movimiento. Bogotá: Subdirección para la juventud, Alcaldía Mayor de Bogotá, Observatorio de Juventud de la Universidad Nacional de Colombia, 2015. Disponível em: http://old.integracionsocial.gov.co/anexos/documentos/2_cdv/catalogo_2015/Jovenes,%20Juventudes%20Participacion.pdf
- HARVEY, D. et al. **Occupy: movimientos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- OLIVEIRA, R. **Cibercultura, apropriação do espaço público e os usos da cultura digital: o caso do Ocupa Sampa, os Indignados de São Paulo**. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs, GT04 – Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, Caxambu, Brasil, 2014.
- OLIVEIRA, R.; SEGURADO, R. Web Activism in São Paulo: New Political Practices. Disponível em: http://www.laviedesidees.fr/_de-Cassia-Alves-Oliveira-Rita_.html, <http://www.booksandideas.net/Web-Activism-in-Sao-Paulo-New.html> Acesso em: 14 jul. 2014.
- VIRILIO, P. **Cybermonde, la politique du pire**. Paris: Textuel, 1996.

Resumo

Este artigo centra-se no estudo de dois casos da América Latina, a saber: o movimento estudantil colombiano e Ocupa Sampa, no Brasil, cuja ação primeira foi realizada em 2011. A pesquisa corresponde à análise das transformações das práticas políticas juvenis mediadas pela Internet e pelo *Facebook*, especialmente, a partir dos dois casos estudados e propõe algumas reflexões sobre as reconfigurações sócio-políticas e midiáticas contemporâneas. A integração das dimensões *on-line* e *off-line* dos casos estudados sugere elementos de reflexão, levando em conta que eles se tornam uma grande janela que permite questionar singularidades, assim como aspectos que têm em comum com outros movimentos de seu tempo. A questão do “não partidarismo”, o modo de funcionamento por comissões e a busca de novas formas de organização e ação que articulam o seu carácter local com dinâmicas internacionais são objeto de reflexão neste texto.

Palavras-chave: Internet, juventude, política, Colômbia, Brasil.

DATA DE RECEBIMENTO: 11/05/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 04/08/2016



Liliana Galindo Ramírez

Doutoranda em Ciência Política, Universidade de Grenoble; Doutoranda Visitante no Centro de Pesquisa Política de Sciences Po Paris; Pesquisadora do Observatório de Juventude, socióloga e Mestre em Sociologia Cultural na Universidad Nacional de Colombia. Ciudadan@s por la Paz de Colombia (Paris, Bogotá, Rio de Janeiro). Colaboradora do projeto transnacional Generación Indignada – Genind.

E-mail: lilianagalindoramirez@gmail.com

Mãe social: a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional

Daniela Ramos de Oliveira

Anna Paula Uziel



IMAGEM: Marlene Barros

Esse artigo pretende discutir o trabalho de mães sociais, profissionais que atuam como cuidadoras nos espaços de abrigos e devem proporcionar um ambiente familiar para crianças e adolescentes. O nome mãe social, que mistura maternidade e seus sentidos privados à uma dimensão pública, junto com o fato de receberem salários para exercerem cuidados maternos, indica a hibridez em sua função. Se, por um lado, a expressão evoca, em primeiro plano, a figura da mãe, de família, por outro tira-a, em certo sentido, da esfera doméstica. É mãe, mas de muita gente, de pessoas de diferentes origens, sem laços prévios. E cumpre uma função que é social, a de cuidar e proteger aqueles que se encontram em uma situação especial por sua condição.

A ideia de pesquisar sobre o tema mãe social surgiu em 2007, ano do início da parceria entre as equipes de estágio da Psicoterapia de Casal e Família e da Psicologia Comunitária, ambas ligadas ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Veiga de Almeida, para atuação no Projeto Aluno Residente, em um CIEP¹ na cidade do Rio de Janeiro, no qual havia abrigos com mãe social.

Antes de entrar em contato com a mãe social dessa residência, esperávamos nos deparar com outro tipo de realidade. Na verdade, imaginávamos sua figura como a de uma mulher sem vínculos familiares, que permanecia o tempo todo dentro do CIEP, com outras obrigações além daquela de cuidadora de crianças e adolescentes. Pensávamos que seria uma pessoa apenas com uma preocupação maior com esses jovens, e não alguém que estivesse no lugar de mães destes.

1 Centro Integrado de Ensino Público

Contudo, para nosso estranhamento, nos deparamos com uma mulher que fazia daquela residência, além de um local de trabalho, o seu próprio lar, já que havia perdido o seu em uma grande enchente, além de estar levando consigo marido, filhos e até um neto. Assim, ela era alguém que ficava na casa mais tempo do que imaginávamos, cozinhando, limpando e exercendo outras tarefas domésticas – a encarnação de um estereótipo de maternidade, distinto inclusive do mais tradicional visto no cotidiano. Cada espaço da casa parecia estar marcado não só com as histórias das crianças, mas também com a própria história².

Essas características das casas das mães sociais tinham o intuito de fazer com que os jovens se sentissem em casa. Esses lares, chamados de casa-lar pelas Aldeias SOS³ e de residência pelo PAR (Projeto Aluno Residente), foram todos arquitetados baseando-se em características de casas de camadas médias, com o objetivo de reforçar ainda mais a ideia de família e oferecer um espaço diferenciado para as crianças e adolescentes abrigados. Assim, nessas casas encontramos salas arrumadas com sofás, mesas e até mesmo porta-retratos, marcando momentos e lembranças presentes naquele local; a cozinha, com armários, geladeiras e mesa onde todos fazem as refeições juntos; os quartos, um para os meninos e outro para as meninas, marcados por características consideradas no senso comum como sendo de cada sexo: o azul, com carrinhos, para os meninos, e o rosa, com bichinhos de pelúcia, para as meninas. Encontramos até mesmo cachorros, que transitavam pela instituição, adotados por algumas das mães sociais, e que recebiam também cuidados das crianças e dos adolescentes.

Esses encontros, que produziram em nós diversas inquietações, tiveram como produtos a construção de uma monografia de conclusão do curso de Psicologia e a elaboração da dissertação de mestrado de uma das autoras. Como parte das pesquisas produzidas, este trabalho pretende se debruçar sobre as tensões que a figura da mãe social gera, por integrar proteção e controle, sob supervisão do Estado, refletindo em que medida esse exercício facilita a garantia de direitos de crianças e adolescentes em abrigos. Para tanto, primeiramente iremos contextualizar a criação da profissão, para depois colocar em análise as tensões que permeiam o controle e a proteção que atravessam a vida das crianças e adolescentes institucionalizados.

Uma mãe profissional: história, conceitos e discussões

Para iniciarmos a discussão do assunto, convém abordarmos, dentro da literatura reduzida, alguns autores que estudam o assunto, ressaltando pontos conflitantes dentro desse exercício profissional (Lima, 2009; Parente et al., 2006; Figueiredo, 2006; França, 2005; Nogueira; Costa, 2005; Sá, 1998).

2 A lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, traz algumas alterações bastante consideráveis sobre os cuidados com a infância, dando fim legal às mães sociais. No entanto, a pesquisa realizada ocorreu exatamente no momento dessa transição, de início de aplicação dos novos princípios legais, sendo que a maior parte do campo se deu antes da implementação da lei. Assim, foi possível trabalhar ainda com as mães sociais, figuras que aos poucos vão deixando de existir, apesar da resistência de instituições que insistem neste formato, já sem cobertura legal.

3 Ongs Internacionais que acolhem crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos, as Aldeias SOS eram a instituição mais conhecida por trabalhar com mães sociais.

Antes, porém, iremos historicizar o seu conceito, partindo de informações da instituição mais conhecida no Brasil por atuar com mães sociais, as Aldeias SOS. No site desta instituição consta que a profissão mãe social surgiu no ano de 1949, quando um estudante de medicina austríaco, Hermann Gmneiner, resolveu dar início a um trabalho de acolhimento de crianças órfãs em seu país. Naquela ocasião, muitos países ainda sentiam o impacto da 2ª Guerra Mundial, e o resultado desse acontecimento a nível populacional foi um número elevado de crianças órfãs e mulheres viúvas. Hermann decide dedicar-se ao trabalho de unir essas crianças com as viúvas, fazendo com que surgissem as primeiras mães sociais⁴.

Tais mulheres passaram a viver em casas construídas por voluntários, se dedicando de maneira exclusiva ao atendimento das crianças órfãs. O processo culminou na criação das Aldeias SOS, instituições voltadas para a assistência de jovens em situação de vulnerabilidade social, que lançaram a profissão mãe social no mundo. A primeira Aldeia SOS surgiu no Brasil, em 1967, na cidade de Porto Alegre (RS) (Oliveira, 2011).

A mãe social é uma profissional regulamentada pela lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que mantém a função de cuidadora de jovens em situação de abrigo, “com exclusividade” e proporcionando-lhes “condições próprias de uma família”⁵ (Brasil, 2007).

Assim, são atribuições da mãe social:

I – Propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;

II – Administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;

III – Dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa lar que lhes forem confiados” (BRASIL. Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre a Regulamentação da atividade de Mãe Social e dá Outras Providências.** DOU, Brasília, 21 de dezembro de 1987).

França (2005), ao fazer uma análise sobre o nome “mãe social”, descreve a junção desses dois termos referentes aos âmbitos privado e coletivo como marca que ressalta a sua posição ambígua de mãe e profissional e lhe assegura um lugar dúbio.

A posição ocupada por ela, principalmente no caso das mães sociais das Aldeias SOS, muitas vezes pode ser sua única possibilidade de exercer a maternidade, em função da exclusividade exigida e da faixa etária a qual deve pertencer⁶.

4 Informações obtidas no site das Aldeias SOS: www.aldeiasinfantis.org.br, acessado em 12/05/2009.

5 Trechos da lei que dispõe sobre a Regulamentação da atividade de Mãe Social.

6 Nas Aldeias SOS, as mães sociais precisam ter, no momento da contratação, entre 25 e 45 anos, ensino médio completo, ser solteira, viúva ou divorciada. Filhos, se houver, devem ser maiores de idade ou não dependentes.

Nas entrevistas realizadas com as mães sociais, algumas falas que ressaltam bem essa mistura de profissional e mãe:

É porque quando a gente faz a entrevista pra entrar para o projeto, elas pedem que a gente abrace como filhos, que não tenha distinção dos meus filhos biológicos e daquela criança. E eu acho que eu fiz isso muito bem! (Laura – 60 anos - PAR).

Eu pegava de 1 aninho até ir para adoção. Eram bebês, e aí você vira mãe, não tem como. E eu sou muito intensa. A mãe tinha acabado de dar de mamar e me entregou: “Ah, cuida bem da minha filhinha!”. Então era uma escadinha: era um bebê de 3 meses, de 1 ano e 6 meses, era outro bebê de 2 anos e 6, tudo assim. E outro menininho de 4. (Ângela – 46 anos - Aldeias SOS).

Eu me sinto mãe dos filhos que já passaram por mim, mesmo daqueles que já saíram, né? Porque no meu coração são meus filhos, ou pelo menos trato como se fossem meus filhos, né? Então, às vezes, eu coloco isso pra eles. Quando eu brigo e acho que fui rígida, depois eu peço pra eles desculpa: “Eu falo com você como se falasse com meu filho. Eu não deixaria meu filho fazer isso, não, por isso eu não deixei você”. Então, eu ajo como se fosse mãe dele, né? (Cristina – Tia – 43 anos - Aldeias SOS).

A partir daí, podemos identificar a tensão estabelecida nessa dinâmica, uma vez que existe cobrança do exercício de determinada função, da existência de características esperadas de uma mãe – bastante naturalizadas, como pode ser visto no exemplo anterior –, mas elas podem não ter experimentado isso que lhes é cobrado antes, porque algumas começam o trabalho bastante jovens, em torno dos 25 anos, e não tiveram filhos – e nem podem ter, se quiserem ficar nas Aldeias. Tampouco podem exercer a função caso tenham filhos menores.

Assim, há uma intensa demanda e exigência para que elas exerçam sua função a partir de uma postura maternal – dada como universal, o que pode ser comprovado a partir do discurso da diretora nacional das Aldeias SOS:

“Ser mãe social é mais do que uma profissão, é uma opção de vida”, ressalta Luisa Marinheiro, diretora nacional da organização, lembrando dos vínculos de afeto que são estabelecidos com as crianças a elas confiadas. “Por isso, é imprescindível que a candidata à mãe social tenha instinto maternal a florado, capacidade de amar incondicionalmente seus filhos com diferentes necessidades e em situações diversas, ter uma base religiosa e, acima de tudo, ter vocação para assumir conosco a missão de criar famílias.⁷”

Mãe social é, portanto, um exercício profissional, e ao mesmo tempo uma espécie de doação e opção de vida, marcando hibridez e complexidade em sua posição. O trecho ressalta ainda a existência de um “instinto maternal”, já discutido por tantos autores e autoras, em geral fazendo referência aos estudos de Badinter (1985). É interessante notar que a função principal da mãe social é “propiciar o surgimento de condições

7 Retirado do site: <http://www.aomestre.com.br/105.htm> em 18/12/2009. (Grifos meus)

próprias de uma família orientando e assistindo menores”, conforme é tratado na lei que regulamenta a profissão. Mas que condições são essas e em que parâmetros elas estão baseadas? Que dispositivos de poder atravessam a profissão e de que forma as mães sociais vêm se apropriando do lugar de mãe em nome da proteção dos abrigados?

Nogueira e Costa (2005a) apontam dificuldades em se encontrar estudos relacionados ao tema em questão, fato este que se mantém atualmente, visto que poucas foram as pesquisas encontradas no levantamento bibliográfico voltadas para a compreensão do lugar ocupado pelas mães sociais, assim como questões relacionadas a suas escolhas e aos desdobramentos desta opção para suas vidas. Ressaltamos também nossa dificuldade em encontrar textos e trabalhos que abordassem essa temática.

Nogueira e Costa (2005a) assinalam ainda ser a mãe social uma profissional que responde por cuidados a crianças em estado de extrema fragilidade, que demandam atenção e qualidade no atendimento.

Sá (1998, p. 1-2) define a mãe social como “uma pessoa da comunidade, supostamente qualificada para cuidar de crianças e jovens residentes em uma casa-lar”. Desse modo, trata-se de uma mãe substituta que “cuida, protege, guarda, zela pelo bem-estar, integridade física e moral de seus pupilos”. Por ser uma atividade remunerada, sua posição acaba por se diferenciar da mãe biológica ou adotiva, mas variadas atividades e funções a aproximam: “autoridade, pessoa de referência, coordenadora, administradora e cuidadora”. Ela “lida com múltiplas demandas e torna-se alvo de afeto, desafeto, expressão de desejo, agressão e hostilidade”.

Parente et al. (2006) também definem a mãe social como a responsável pelos cuidados, educação, lazer e saúde de crianças abrigadas, mediando as relações entre os jovens e também as questões da falta da mãe biológica.

Nogueira e Costa (2005a) ressaltam a importância da profissional na promoção da saúde mental dos jovens abrigados, já que ela se responsabiliza por suas rotinas e atividades, acompanhando-os em seu desenvolvimento. Assim, “são elas que observam e estão em contato direto com as reações, comportamentos, demonstrações de angústia, ansiedade, alegria e dificuldades das crianças” (p. 38-39).

Figueiredo (2006) fala sobre a opção de ser mãe social como uma nova categoria de mãe, sob o ponto de vista psicanalítico, ressaltando que essa atividade seria uma resposta para as questões do abandono que ainda hoje perduram.

Ao discutir as tensões existentes na instituição e no papel da mãe social, no momento em que ela deve contribuir para a construção de um modelo familiar, França (2005) questiona: “(...) se a pessoa que cuida considera-se e coloca-se no lugar de mãe, como será possível que ela ajude a criança a se adaptar em sua nova família e, em última instância, como ela poderá permitir a sua partida, sem que isso se torne um episódio traumático para ambas?” (p. 3-4).

Para a autora, tais relações, por possibilitarem uma mistura entre a figura materna e a profissional, podem se constituir um paradoxo: embora sua função deva ser ajudar e apoiar a criança no momento de sua partida, ela acaba por dificultar esse processo, ao se pretender figura central eternizada na vida dessas crianças e adolescentes. Tal atitude não se aplica para situações de acolhimento que devem ser, por sua condição, transitórias. Por conta da postura assumida por muitas delas, foi historicamente difícil que as crianças nesse formato de acolhimento fossem adotadas. A mudança da lei,

como mencionado anteriormente, talvez seja uma resposta do Estado em relação à necessidade de deixar claro que o acolhimento é uma política pública. A própria regulação das mães sociais não deixava clara a sua posição, dadas as exigências relativas a estado civil, idade de eventuais filhos etc.

França (2005) e Nogueira e Costa (2005b) defendem a posição de que as mães sociais acabam por não encarar a atividade como profissão, devido à falta de treinamento e qualificação para ajudarem-nas a definir seu papel de profissional na relação. Sob este ponto de vista, para Nogueira e Costa (2005a), o espaço da maternidade deveria permanecer em aberto, já que são inúmeras as possibilidades em relação ao futuro dessas crianças: “adoção, reintegração familiar, colocação em família substituta” (p. 47).

A falta de preparo para o desempenho da função, segundo as autoras, pode também levar à massificação das crianças, que não são vistas como sujeitos de escolha, capazes de agir de forma ativa nas atividades do seu dia a dia, expressando desejos, violando regras, produzindo demandas. Assim, muitas mães sociais, ao acompanharem o desenvolvimento das crianças, suprimindo suas necessidades básicas, tais como alimentação e higiene, tendem a ter dificuldades em identificar questões e anseios particulares de cada uma (Nogueira; Costa, 2005a).

Mas será somente a falta de treinamento e preparo dessas mães que as levam a não conseguir enxergar as demandas das crianças e adolescentes de quem cuidam? Será que o espaço habitado por elas, assim como a rotina de seu trabalho, permite e facilita essa diferenciação?

Lima (2009), em sua dissertação de mestrado, tentou compreender como as mães sociais criam sua identidade profissional no contexto do acolhimento institucional de crianças. A autora destaca as vozes das crianças como importantes no processo de construção de identidade das mães, já que por vezes os abrigados se colocam no papel de filhos e por vezes negam tal lugar. O contexto institucional reforça a mesma questão ao denominá-la como mãe social e exigir dela a construção de uma relação familiar naquele espaço, apesar da existência de um salário.

Conforme os autores acima apresentaram, são muitas as tensões que envolvem o lugar ocupado pela mãe social, na medida em que lhe é exigido ser mãe e profissional desta função ao mesmo tempo. A formatação da casa em que vive e trabalha ao mesmo tempo, assim como seu próprio nome contribuem para que muitas delas venham a ter dificuldades em saber qual a linha divisória entre ser mãe e profissional nesses espaços. Contudo, achamos pertinente haver também discussões que envolvam outros paradigmas sobre a função, sobretudo os dispositivos de poder que vêm atravessando esse lugar. Temos atualmente, como vimos, artigos e trabalhos que discutem o lugar materno das mães sociais, bem como seus desafios frente à questão. Por isso, gostaríamos de contribuir com reflexões que abordem pontos pouco ou ainda não problematizados. Dessa forma, o objetivo desse artigo é pensar tais dispositivos de poder, refletindo qual a intenção de colocar “mães” em abrigos e a necessidade de construir essa figura. Será essa a demanda das crianças e adolescentes abrigadas, das mães sociais ou do Estado? Será que identificamos hibridez na figura da mãe social, em função da idealização existente em torno do que é “ser mãe”? Será que há um modelo de família que nos atravessa enquanto algo padronizado e “natural”, e nos faz exigir que o Estado ofereça um serviço a partir deste modelo, para crianças e adolescentes que são retirados da família por algum motivo?

Uma questão de proteção ou de precaução?

Sabemos que o tema infância e adolescência das camadas desfavorecidas que transitam em diversos aparelhos do Estado tem sido bastante discutido nas últimas décadas. No Brasil, a literatura sobre políticas públicas ligadas à infância, sobre abrigo, sobre mudanças legais, sobre adolescentes em conflito com a lei e sobre colocação em famílias substitutas vem ganhando espaço no meio acadêmico (Arantes, 1995; Rizzini; Rizzini, 2004; Vianna, 2002). Depois do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e em especial nos últimos anos, cresce o campo de discussão sobre o que aparece como contradição entre o que diz a letra da lei e o que o Executivo consegue implementar.

Assim, em muitos estados do Brasil, convivem abrigos de grande porte – cada vez mais escassos –, de pequeno porte, alguns com a presença de mães sociais, e o Programa Família Acolhedora, iniciativas que visam à proteção da criança que deve ser afastada da família temporariamente.

Conforme já citado, no Rio de Janeiro a instituição mais conhecida por trabalhar com mães sociais eram as Aldeias SOS, ONG's internacionais que acolhem crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos. O trabalho da mãe social é realizado de segunda a segunda, com seis folgas mensais, em dedicação exclusiva aos cuidados dos jovens, não podendo ela se ausentar da casa sem a permissão de seus superiores.

Outro programa que também contratava mães sociais foi o Projeto Aluno Residente (PAR), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, e visava manter 12 jovens de 6 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade social, em residências localizadas no interior de CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública), sob a guarda de pais sociais ou de casais residentes, durante um ano.

Nesse contexto, a mãe social precisava ter, no momento da contratação, entre 21⁸ e 50 anos, ser funcionária do município, ter ensino fundamental completo, ser casada e/ou ter filhos dependentes. Neste projeto, diferente das Aldeias SOS, era fundamental que a mulher possuísse marido e/ou filhos e que todos residissem com ela nesses abrigos. Quando casada, o marido da mãe social passava a ser pai social, apoiando o trabalho nas residências.

Os jovens abrigados, chamados de alunos residentes, iniciavam seus estudos às 8 horas da manhã, sendo no final do dia encaminhados ao casal social, responsável por seu cuidado no restante do dia e durante a noite. Aos finais de semana, feriados e também nas férias escolares, alguns desses jovens retornavam ao convívio de suas famílias.

Os pais sociais, inicialmente, eram soldados da polícia militar e do corpo de bombeiro. Desde o ano de 2000, o convênio passou a ser estabelecido com a guarda municipal, sob os mesmos moldes. Hoje, contudo, o projeto encontra-se em reformulação e, por enquanto, tal convênio foi cancelado.

Entre bombeiros e guardas municipais, percebemos a repetição de órgãos relacionados ao controle e proteção da sociedade sendo contratados para exercerem o papel de pais sociais. Tal fato nos causa estranhamento e nos faz pensar o quanto parece ser necessário manter devidamente controlada a juventude em risco social e/ou supostamente perigosa.

8 As normativas do Programa são anteriores à mudança da maioridade civil no Novo Código Civil de 2002.

Dessa forma, a questão que nos move na presente discussão é entender de que forma a tentativa de contratar profissionais ligados à proteção da sociedade – tais como policiais, bombeiros militares e guardas municipais, além de tornar as instituições de acolhimento mais próximas de uma família, a partir de uma maternidade temporária, arbitrária em princípio, remunerada e controlada por instâncias externas, como a direção do estabelecimento e o Estado, através do juizado da infância – contribui para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, especificamente em relação ao direito à convivência familiar. O Estado preconiza que a família é o melhor espaço de convivência e educação para crianças e adolescentes, porém, somente quando esta possui determinadas características consideradas adequadas por este.

Dessa forma, a mãe social, a serviço do Estado, parece ter como objetivo promover um ambiente familiar dentro do padrão esperado, com a função de controlar e disciplinar todo e qualquer comportamento inadequado trazido de suas famílias, evitando-se assim a formação de “maus elementos” no futuro. Isso parece ficar ainda mais evidente no extinto Projeto Aluno Residente, pelo apoio que a “mãe” poderia receber de profissionais da segurança pública em sua residência. Será, então, a colocação de uma mãe em abrigos uma forma de proteção ou um dispositivo mais sofisticado de controle de jovens que carregam ainda consigo o estigma da predisposição à criminalidade?

Foucault (1987), ao tratar do controle, afirma que entre os séculos XVIII e XX desenvolveu-se uma tecnologia de poder que visava a dominar e disciplinar o comportamento dos homens. Tal perspectiva ainda se mantém e se atualiza nas políticas de assistência à infância e à adolescência no Brasil, pautada na colocação de normas que contribuíam para a normatização do comportamento, tornando-o previsível e facilitando seu manejo. A partir daí, criam-se corpos dóceis, indivíduos obedientes, devidamente treinados através da disciplina e de normas preestabelecidas, em um determinado espaço fechado.

O corpo passou a ser visto como objeto de poder, sendo submetido a processos pelos quais poderia ser manipulado e treinado com o intuito de torná-lo devidamente obediente e útil. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 118).

O modo de ser padrão, instituído nas formas de os sujeitos estarem no mundo, ao instaurarem tecnologias que regulam seus corpos, acaba por individualizá-los. No âmbito das mães sociais, acredita-se ocorrer o mesmo. Portanto, cremos ser importante refletir de que forma o lugar construído pelas e para as mães sociais podem reforçar tais tecnologias.

Mancebo (2004) discute o conceito de indivíduo como uma categoria que vem sendo naturalizada ao longo dos anos, em diversos contextos, inclusive na Psicologia. Assim, ela coloca que o indivíduo é apenas uma forma hegemônica da subjetividade ao se organizar na modernidade, ou seja, o indivíduo “é apenas um dos modos de subjetividade possíveis” (p. 38).

Benevides e Josephson (2014) afirmam que o indivíduo é o produto e ao mesmo tempo o objeto a ser investido dentro do contexto burguês. A experiência subjetiva na idade moderna acaba por instaurar esse modo de ser indivíduo, que passa a se preocupar com seu corpo, de modo a retirar dele “o conhecimento necessário para melhor assegurar seu funcionamento” (p. 441). O processo seria “a construção de subjetividades disciplinadas, úteis, cada vez mais treinadas para o desempenho de papéis que lhes são delegados” (Mancebo, 2004, p. 41).

A partir da construção das “subjetividades disciplinadas”, as preocupações em relação aos abrigados passaram a estar relacionadas aos possíveis delitos que os mesmos poderiam cometer. Era preciso combater e controlar a natureza “ruim” dos indivíduos, principalmente os “‘bandidos de nascença’, os que já nasceram para o crime e vão praticá-los de qualquer maneira” (Coimbra, 2001, p. 85).

As definições legais que envolveram a assistência à infância estiveram pautadas no controle desses sujeitos potencialmente perigosos, ganhando, com o passar do tempo, certa sofisticação em relação a tais preceitos. Essas ideias ainda atravessam nossa maneira de agir e pensar a sociedade, o que acaba por provocar a captura de determinados movimentos que a princípio visavam a inclusão e a proteção de jovens abrigados.

O pensamento de que jovens nascidos em famílias pobres estariam mais propensos a se tornarem criminosos é algo que atravessa o imaginário social e, conseqüentemente, o posicionamento de mães sociais, podendo contribuir para a posição de que elas devam regenerar marginais através de seu trabalho. Assim, a figura da mãe social, que a princípio foi contratada para garantir a proteção desses jovens contra os olhares discriminatórios, pode acabar por marcar e reforçar tal posição. Ela parece transitar entre esses dois posicionamentos, confirmando cada vez mais seu lugar ambíguo em tal terreno.

Como afirmou Rose (2001), os vários programas lançados pelo governo são, na verdade, criados com o intuito e a preocupação de controlar sujeitos livres que precisam ter a sua liberdade vivenciada de forma adequada. Embora as instituições públicas de acolhimento não trabalhem com este formato, o Estado financia, através de convênios, instituições com desenhos diferentes, e corrobora seus modelos, a partir do momento em que a fiscalização estatal conhece e certifica seu funcionamento.

Assim, é a partir desse olhar cristalizador, baseado em conceitos provindos de uma lógica classificatória, que muitos projetos e serviços prestados à população funcionam. Desse modo, torna-se necessário refletir sobre o modo como tem-se olhado esses jovens, pois é sob esta perspectiva que muitas vezes se criam ações, acreditando estar contribuindo para o bem-estar dos assistidos, sem dar conta do quanto se vem, na verdade, mantendo-os na posição de excluídos.

Assim, a inserção da figura da mãe nos abrigos pode instaurar um micropoder com dimensões próprias. Produzidas como mães que se dedicam integralmente aos filhos, sem nenhuma outra ocupação fora do lar ou que escape ao cuidado exclusivo às crianças, no cotidiano operam a partir de “uma anatomia política do detalhe” (Foucault, 1987, p. 120), procurando remover todos os maus hábitos adquiridos durante a convivência com sua família de origem. Quando uma mãe social se apropria do lugar de mãe, pode se posicionar como aquela que irá regular, disciplinar e controlar sujeitos com o potencial para o crime, estando atenta a ausências, descontroles, situações duvidosas e confusas. Ao mantê-los sob condições nomeadas como familiares para que se sintam à vontade, utilizam-se da situação para, na verdade, propiciar uma distribuição espacial dos sujeitos, facilitando o controle sobre seus corpos. Então, em que medida não se inscreve, nas entrelinhas dessa construção, uma missão de salvar jovens corrompidos ou em vias de, contribuindo para que o número de trombadinhas e futuros ladrões diminuam? (Oliveira, 2007).

Vianna (2002) analisa a transferência da guarda de crianças como:

o exercício de uma faceta peculiar de um poder tutelar, aquela que supõe que a melhor forma de controle de certas populações potencialmente perigosas se faz pela escolha das ‘melhores situações possíveis’ de imersão ou manutenção de membros dessa população em unidades domésticas (p. 273).

Vianna afirma ainda que a pessoa com a atribuição de guardar crianças e adolescentes parece não focar prioritariamente nos termos de garantia dos direitos fundamentais dos mesmos, e acaba por lançar seu olhar para situações geradoras de impasses que se transformam em desordem dentro dessa convivência. Assim, criam-se limites que classificam esses jovens em termos de normalidade e tolerância e gera-se uma economia de gestão voltada para os mesmos, impondo controle por meio dessa autoridade doméstica, aqui contextualizada na figura da mãe social, sem abertura para contestações ou outros meios de contorno.

Para finalizar, gostaríamos de pontuar que nosso intuito neste trabalho foi problematizar o lugar em que possivelmente se coloca a figura da mãe social, como figura salvacionista de crianças e adolescentes acolhidas. Serão essas medidas apenas formas de se impedir “que infâncias mal geridas por seus responsáveis ‘naturais’ viessem a se tornar uma ameaça para a sociedade” (Vianna, 2002, p. 271), ao se apresentarem figuras que são supostamente aprovadas como mães, pelo Estado responsável por essa população que deve ser assistida?

Dessa forma, percebemos que a mãe social na fabricação cotidiana de poder expõe-se a construir sua posição como alguém dócil, obediente, entendendo, em alguns casos, que sua tarefa é cumprir uma missão e não um trabalho com carteira assinada e direitos trabalhistas. A sua formação se dá no confinamento da casa, já que precisa trabalhar integralmente em uma função, reforçada pela demanda de salvar e ser mãe. Nesse espaço, tal conhecimento é produzido incessantemente, aumentando “as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade)”, e, ao mesmo tempo, diminuindo-as “em termos políticos de obediência” (Foucault, 1987, p. 119). De tal modo, a potência que poderia ser gerada nesse processo não é utilizada, limitando a criação de novos espaços para a própria mãe social e para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento social.

Assim, a mãe social pode entrar no papel de mãe, sendo útil e dócil para controlar crianças e adolescentes considerados com potencial para o crime, com a justificativa de que é em um ambiente mais familiar que esses jovens devem ser acolhidos. Talvez sua posição híbrida a impeça, por um lado, de tratar essas crianças e adolescentes como potenciais marginais: como mãe, naturaliza seu afeto e seu cuidado. No entanto, somos atravessadas pelas construções que relacionam pobreza, retirada da família de origem e marginalidade, o que pode levar também a uma postura salvacionista. Nesta perspectiva, o cotidiano pode ser marcado por uma docilização dos corpos que não aparece, porque é significada como condição para garantia de proteção e promessa de vida melhor no futuro, no possível encontro com novas famílias.

O ECA, seguindo o previsto na Constituição Federal, define que é dever do Estado, da comunidade e da sociedade o cuidado com as crianças e adolescentes que tiveram que se afastar das suas famílias de origem. Cabe ao Estado, então, gerar políticas públicas que possam dar conta dessas infâncias, no que tange à garantia de direitos, inclusive o de convivência familiar. Por isso, deve ser responsável por promover formatos de acolhimento que deixem claros os limites e possibilidades na construção da cidadania dos jovens.

No seu exercício cotidiano, as mães sociais podem ser mais ou menos veículo de controle e podem contribuir para diminuir ou manter a exclusão social desses meninos e meninas, atravessadas que são por todas essas concepções de família e infância que nos constituem. A clareza sobre a importância do lugar de afeto que desempenham na vida daquelas e daqueles que passam por elas contribui para o estabelecimento das relações cotidianas que marcam, certamente, a vida de todas essas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENEVIDES, R. D.; JOSEPHSON, S. C. A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Org.). **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2014.
- BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção**; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992 e dá outras providências. DOU, Brasília, 02 de setembro de 2009.
- BRASIL. Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre a regulamentação da atividade de Mãe Social e dá Outras Providências**. DOU, Brasília, 21 de dezembro de 1987.
- COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
- COIMBRA, C. M. B. Classes perigosas: uma pequena genealogia. In: FERREIRA, G.; FONSECA, P. (Org.). **Conversando em casa**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 56-65.
- FIGUEIREDO, N. **Mãe Social**: um estudo psicanalítico sobre a opção profissional de ser mãe, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2006.
- FRANÇA, D. B. **Mãe Social**: o mito de reprodução do amor materno nas instituições de abrigo. 2005. Disponível em: http://www.passosdeintegracao.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=2 Acesso em: 5 set. 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GMEINER, H. **As aldeias infantis SOS**. Porto Alegre: Litocolor, 1976.
- LIMA, A. **Ser mãe eu sei, o que agora falta é social**: sobre o processo de constituição de identidade profissional no acolhimento institucional de crianças, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- MANCEBO, D. Indivíduo e Psicologia: Gênese e desenvolvimento atuais. In: JACÓ-VIELA, A. M.; MANCEBO, D. **Psicologia Social**: Abordagens Sócio-Históricas e desafios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- NOGUEIRA, P.; COSTA, L. Mãe Social: profissão? Função materna? **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 162-181, dez. 2005a.
- NOGUEIRA, P.; COSTA, L. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-48, dez. 2005b.
- OLIVEIRA, D. R. **Os dilemas de uma mãe social**: um percurso entre suas memórias, desafios e limitações, 2007. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, D. R. **Maternidade, missão e renúncia**: um estudo sobre a opção de ser mãe social, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Editora Puc Rio, 2004.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, jan./jul. 2001.

SÁ, E. **Limites e possibilidades da mãe social nas casas lares**, 29 de outubro de 1998. Disponível em: <http://www.lerparaver.com/node/159>. Acesso em: 26 mar. 2007.

VIANNA, A. R. B. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: LIMA, A. C. S. (Org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 271-312.

VIANNA, A. R. B. **O mal que se adivinha**: política e minoridade no Rio de Janeiro 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Resumo

Este artigo se propõe a discutir a função de mães sociais, cuidadoras de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, que devem proporcionar um ambiente familiar nesses espaços. Propomos uma reflexão sobre sua atuação a partir de alguns autores, problematizando o lugar híbrido que experimentam em seu exercício profissional. Pretende-se refletir de que forma seu papel contribui para a garantia de direitos de crianças e adolescentes nesse contexto, buscando os atravessamentos de dispositivos de poder nessa função, a partir do olhar de Foucault e outros autores afins.

Palavras-chave:

mãe social, abrigos, maternidade, garantia de direitos de crianças e adolescentes, dispositivos de poder.

DATA DE RECEBIMENTO: 26/07/15

DATA DE APROVAÇÃO: 23/04/16



Daniela Ramos de Oliveira

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

E-mail: danirusso2003@yahoo.com.br



Anna Paula Uziel

Psicóloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora associada do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

E-mail: uzielap@gmail.com

A dinâmica intergeracional entre jovens e adultos em uma organização de trabalho cubana

Yoana Batista Jiménez

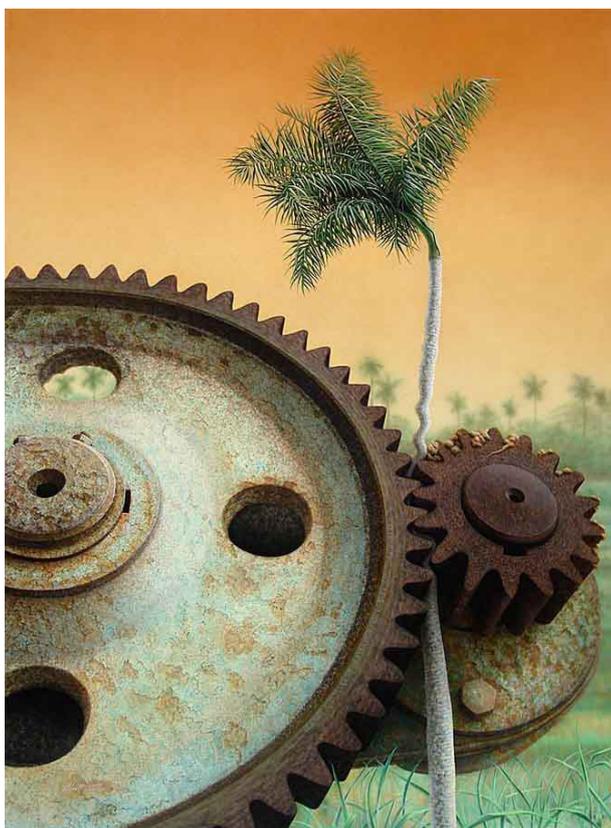


IMAGEM: Alan Manuel Gonzalez

Introdução

As relações intergeracionais no contexto organizacional são um ponto de convergência chave de diferentes questões sociais: dinâmicas sociodemográficas, estudos de gerações e relações intergeracionais, pesquisas sobre juventude e experiências em desenvolvimento organizacional.

O presente estudo foi motivado principalmente pela experiência prática desenvolvida em uma organização de trabalho cubana. Com o objetivo de entender melhor o que acontece lá e aprender com essa experiência, decidiu-se sistematizá-la, utilizando a proposta de Oscar Jara (1994). O artigo apresentado a seguir se estrutura segundo a dita lógica, o que, julga-se, é uma proposta para pesquisar de forma diferente, reconhecendo o caráter processual dos fenômenos sociais e a necessidade de examinar as nossas práticas, a fim de extrair delas lições que nos permitam refletir sobre nós mesmos, nosso ambiente e traçar metas para o futuro.

Sistematizar uma experiência é interpretá-la criticamente, com base na sua ordenação e reconstrução, descobrindo a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram nesse processo, a relação entre eles e as causas dessa relação (Jara, 1994). Finalmente, a última etapa de um processo de sistematização é o desenvolvimento de um produto para comunicar as aprendizagens. Este artigo, embora seja sintético, é uma maneira de confessar o que aprendi.

Ponto de partida e questões iniciais

Uma organização de trabalho, pertencente ao campo da ciência, solicita à nossa equipe de pesquisa um estudo do ambiente de trabalho. Este estudo exploratório permitiu-nos perceber que o tema das relações entre as gerações era uma das principais questões controversas e geradoras de desconforto para os/as trabalhadores/as e/ou diretores/as, principalmente entre as gerações extremas: adultos mais velhos e jovens.

O problema das relações intergeracionais encontrado especificamente nesta organização é uma expressão em pequena escala de fenômenos sociais que dizem respeito a um contexto mais amplo. A tendência cubana ao envelhecimento da população faz com que, muitas vezes, várias gerações coabitem no mesmo espaço social, seja familiar, comunitário ou em qualquer outra instituição da sociedade. Assim, o estudo deste tema torna-se uma necessidade social, já que tendem a existir polaridades entre o posicionamento tradicional dos idosos e as necessidades de participação e de inovação da geração mais jovem (D Angelo et al., 2009).

Esta sistematização abre caminho ao estudo mais aprofundado deste tema na sociedade cubana, enquanto visa a promover uma reflexão crítica sobre o tema e a construir possíveis ações a serem implementadas nesta organização, a partir das próprias experiências dos/as trabalhadores/as sobre o seu ambiente de trabalho. Levando em conta tal meta, o objeto para sistematizar serão as “experiências de trabalho numa organização cubana, no campo da ciência, em que foi realizado um estudo de ambiente de trabalho”. Assim, o foco principal é sistematizar as características das relações intergeracionais neste contexto organizacional, principalmente entre as gerações extremas: mais velhos e adultos jovens. Este será o fio condutor em que se concentrarão as atenções.

Recuperação do processo vivido: um estudo de caso sobre relações intergeracionais no contexto organizacional cubano

A experiência que será descrita teve lugar numa organização de trabalho cubana, em Havana, dedicada ao desenvolvimento da atividade científica e à realização de serviços técnicos. A direção desta organização solicitou um estudo de ambiente de trabalho devido a preocupações com a flutuação da sua equipe, especialmente os/as jovens.

Diferentes técnicas e métodos foram aplicados, o que permitiu triangular informações e complementar os resultados. Eles foram aplicados na seguinte ordem:

1. Análise documental: documentos específicos da organização foram analisados com o objetivo de obter informações sobre sua missão, visão, valores declarados, objetivos organizacionais, estrutura e funções, estado e características sociodemográficas da força de trabalho, entre outros aspectos.
2. Questionário de clima laboral: foi utilizado um questionário com perguntas fechadas, com uma escala de classificação que mostra a tendência do clima organizacional, e perguntas semiestruturadas, que permitem explorar o saber e sentimentos dos membros da organização, a partir de uma interpretação qualitativa.

3. Entrevistas em profundidade: diversas áreas foram levadas em conta, assim como idade, gênero e nível profissional dos participantes na pesquisa. As entrevistas permitiram pesquisar a percepção de diretores/as e trabalhadores/as sobre as diferentes variáveis relevantes para o diagnóstico, com o objetivo de ampliar, complementar e aprofundar as informações obtidas na pesquisa.

4. Sessão de trabalho grupal com membros da organização para confirmar e ampliar os resultados e criar estratégias possíveis ou soluções de melhoria. Finalmente, os resultados foram apresentados e discutidos numa sessão de devolutiva com a direção do centro.

Os resultados mostram que existe coincidência em relação à percepção de quais são os grupos geracionais que convivem nessa organização. Três grupos foram identificados: pessoas entre 18 e 35 anos, entre 36 e 59 anos e mais de 60 anos¹. Os grupos mais representativos das relações intergeracionais foram os grupos extremos (de 18 a 35 anos e de mais de 60 anos). As pessoas identificam facilmente que pertencem a um desses grupos e as características associadas a cada um deles.

A respeito das relações intergeracionais neste contexto de trabalho, foram solicitadas informações, tendo em conta os seguintes aspectos: percepção que os grupos geracionais têm sobre si mesmos e sobre os outros, identificação de temas de conflito entre gerações e identificação de outros aspectos a considerar para entender o tema estudado.

Percepção de relações intergeracionais no contexto organizacional em grupos de 18 a 35 anos e de 60 anos ou mais

Pessoas com mais de 60 anos descrevem seu próprio grupo no local de trabalho como muito sacrificado, eles “morrem pela instituição”, trabalham mesmo estando doentes e fazem até o impossível para que a organização possa funcionar, apesar de condições de trabalho desfavoráveis ou dificuldades econômicas. Sabem que não podem exteriorizar tudo o que pensam ou sentem. Eles têm mais experiência de trabalho e mantêm-se de forma estável no centro pelo salário e porque gostam do seu trabalho.

Esse mesmo grupo de pessoas acima de 60 anos percebe a geração mais jovem (18 a 35 anos) no local de trabalho como impetuosa, entusiástica, alegre e apreciadora de atividades recreativas. Consideram que eles dizem coisas sem pensar e não entendem que “nem tudo pode se exteriorizar”. Têm muitas habilidades para a informática e

¹ É importante ressaltar que esses grupos etários respondem à percepção dos/das trabalhadores/as dessa organização e não se correspondem necessariamente com grupos de gerações descritos para o contexto cubano em estudos de M. I. Domínguez (1994). Pessoas entre 18 e 35 anos são, como grupo, gerações jovens e as pessoas com mais de 60 anos pertencem às gerações mais velhas, por isso, estudar as relações entre os dois grupos nos permite falar de relações intergeracionais, mas não todas as pessoas com mais de 60 anos pertencem exatamente à mesma faixa etária.

um desenvolvimento intelectual muito acelerado. Motiva-os a superação profissional e atividades de pesquisa. Não têm nenhum compromisso com a organização, “não estão ligados”, “procuram dar um salto, melhorar”, buscam maior renda e melhores condições de trabalho. Não se comprometem com atividades gerais da organização para além do trabalho que devem cumprir, “não têm rumo”. Eles são não conformistas e unidos entre si.

Por outro lado, as gerações mais jovens se percebem no local de trabalho como bons/boas trabalhadores/as, embora inexperientes, pelo que precisam de apoio e supervisão. Percebem-se como inteligentes e “com potencial inexplorado”. Engraçados/as, mais sociáveis, mais abertos/as às relações interpessoais e com menos preconceitos do que as gerações mais velhas. Percebem que, dentro do seu grupo, há algumas pessoas muito irresponsáveis com o trabalho. São um grupo de pessoas descontentes nessa organização.

Finalmente, o grupo de pessoas com idade entre 18 e 35 anos percebe o grupo de mais de 60 anos como pessoas muito rigorosas e que são os que dirigem a organização. Eles são pessoas idosas, “fora de época” e “não passam a bola.” Têm dificuldades nos relacionamentos interpessoais e geram dinâmicas que culpabilizam, “sempre reprovam os jovens quando dizem algo errado ou inapropriado”. Sentem-se com maior autoridade e poder na tomada de decisões devido aos anos que têm trabalhado na organização. Não permitem as iniciativas e são muito resistentes à mudança. Tendem a desvalorizar o trabalho dos outros e não confiam nos jovens. Percebem-se alguns elementos positivos, como o fato de que dominam a atividade de trabalho específica, são muito comprometidos com a organização, têm altos níveis de dedicação e vontade de trabalhar e um grande sentimento de pertença.

Temas de conflito intergeracional

As relações entre as gerações extremas não são harmônicas, mas de tolerância e conflito em relação a questões específicas, identificadas no processo de indagação na organização. Identificaram-se três temas em que ambos os grupos geracionais estão localizados em posições extremas: integração versus adaptação passiva, desenvolvimento profissional versus necessidades imediatas e rigidez versus flexibilidade.

O caso da “integração versus adaptação passiva” refere-se à intenção das gerações mais velhas, principalmente o grupo de direção, de que os/as jovens que entram na organização assumam de forma acrítica e passivamente as normas, valores e objetivos organizacionais. O grupo de mais de 60 anos tem a expectativa de que os membros jovens aceitem passivamente os procedimentos e conteúdo do trabalho e oferece poucas oportunidades para criatividade e inovação na organização. Processos de integração organizacional são projetados pelas gerações mais velhas como unidirecionais e homogêneos. Os jovens demandam que sejam levadas em conta as suas necessidades e aspirações de carreira, que as suas opiniões sejam ouvidas e que possam influenciar os processos de tomada de decisão. Os/as jovens sentem que a geração de adultos mais velhos são os portadores das normas e regras de funcionamento da organização.

Outro tema de conflito é o “desenvolvimento profissional versus necessidades imediatas do trabalho”, referindo-se a uma situação disjuntiva entre realizar pesquisas e/ ou oferecer serviços, que transcende as relações entre os grupos e que tem a ver

com as políticas gerais da organização. Ambas as atividades fazem parte da missão da organização, no entanto, na prática, eles têm sido incapazes de encontrar um equilíbrio entre as duas. A direção do centro (com uma ampla representação das pessoas com mais de 60 anos) colocou maior ênfase em atividades produtivas (serviços) em detrimento da pesquisa. Assim, as atividades de melhoria mais frequentes estão relacionadas com as necessidades imediatas do trabalho e o perfil específico dos diretores. As/os jovens, em sua maioria graduados universitários, aspiram a um desenvolvimento profissional mais amplo, baseado em atividades de pesquisa e cursos de aperfeiçoamento que transcendem as particularidades do seu trabalho.

O tema “flexibilidade versus rigidez” refere-se especialmente à questão do horário de trabalho. As gerações mais velhas defendem a importância de um horário preestabelecido e fixo para a estadia no local de trabalho como uma forma de disciplina e controle do cronograma, e assumem esse regulamento naturalmente, porque “sempre foi assim”. Os/as jovens, pelo contrário, expressam sua insatisfação porque sentem que o importante é cumprir o plano de trabalho, no lugar de se ajustar a um horário de trabalho fixo. Exigem um horário flexível, já que se consideram trabalhadores/as do conhecimento, cuja contribuição intelectual não depende de permanecer 8 horas no trabalho, mas da sua vontade de colocar os seus conhecimentos para servir aos objetivos da organização. Além disso, o problema de flexibilidade versus rigidez se expressa no apego a regras e procedimentos estabelecidos na organização pelas gerações mais velhas, enquanto o grupo de jovens procura quebrar o pautado e demanda ainda modificações nos indicadores para medir o desempenho do trabalho.

Outros aspectos de interesse

Em geral, foi identificado, em termos de satisfação no trabalho, que os menos satisfeitos eram os/as jovens. Um elemento amplamente referido por eles é a dificuldade para realizar pesquisas, tanto do ponto de vista de recursos materiais como em termos de política organizacional. Isso, juntamente com a percepção de sentir-se sem apoio, não escutados/as, isolados/as e com limitadas condições de trabalho tecnológicas, faz com que a juventude seja um grupo de flutuação potencial.

É também notável que as pessoas com mais de 60 anos percebem maior apoio nas relações interpessoais e maior interesse da organização para atender às necessidades dos seus membros. Em vez disso, os/as jovens percebem significativamente em menor medida um clima de apoio, pois eles notam pouco grau de tolerância para as diferenças individuais e que só raramente a organização oferece suporte para problemas pessoais e laborais de seus trabalhadores/as.

Reflexões aprofundadas: relações intergeracionais e contexto organizacional

Organizações trabalhistas são espaços sociais onde diversas gerações se encontram, convocadas para se inter-relacionar necessariamente para atingir os objetivos organizacionais. Um dos elementos que tipificam de maneira muito especial o clima sociopsicológico da organização estudada é precisamente a existência de diferenças marcadas entre gerações. Isto complica todos os processos da dinâmica humana e,

ao mesmo tempo, cria oportunidades ou potencialidades que não são totalmente aproveitadas. Por sua vez, a forte tendência da organização para centralizar e integrar o comportamento de indivíduos e grupos através de regras que são zelosamente cumpridas, e as necessidades de desenvolvimento profissional e crescimento dos seus membros, mantêm uma tensão entre forças ou aspectos sociopsicológicos que afetam o clima da organização em direções opostas. Os grupos geracionais extremos (pessoas com mais de 60 e menos de 35) estão localizados em polos opostos de muitas dessas tensões.

Percepções intergeracionais de ambos os grupos no contexto do emprego, pelo seu conteúdo, são polares, de modo que os membros das gerações percebem uns aos outros como muito distantes e, às vezes, de forma excludente. Predomina também uma valorização negativa em relação a outras gerações.

A maneira subjetiva em que as relações intergeracionais são em nosso país tem a ver com padrões de relacionamento adultocêntricos que são mantidos e reproduzidos por nossa sociedade em diferentes espaços de interação, apesar dos papéis principais que corresponderam aos jovens durante o período revolucionário (Dominguez, 2010). As gerações mais velhas são aquelas que geralmente dispõem as regras, regulamentos, definem padrões de interação, valores, etc. e garantam seu cumprimento.

No caso das relações intergeracionais nesta organização de trabalho, não podemos dizer que elas sejam completamente contraditórias, mas há temas em que se evidencia uma ruptura dada pela associação geracional. O grupo de jovens exige maior espaço para inovação e criatividade, enquanto as gerações mais velhas se esforçam para preservar a estabilidade do sistema organizacional. Ambos os elementos são importantes para o desenvolvimento organizacional, o desafio seria encontrar um compromisso entre os dois.

Para compreender melhor o contexto cubano sobre a questão das gerações é importante considerar os estudos de Dominguez (1994), nos quais são descritas diferentes gerações que compõem a sociedade cubana. Levando em conta essa classificação, Dominguez (1994) caracteriza as gerações mais velhas como pessoas que viveram transformações sociais muito intensas devido ao triunfo revolucionário, que se expressou em altos níveis de atividade social. Suas aspirações estavam centradas na família, mas lhe deram um importante peso às questões sociopolíticas. Além disso, o processo revolucionário assegurou as condições materiais de vida básicas desses grupos geracionais. Assim, apesar de serem grupos com particularidades diferentes, estas gerações mais velhas podem compartilhar essas características comuns.

No caso das gerações mais jovens, percebe-se a existência de condições materiais inferiores de vida, no entanto, regularmente têm níveis mais elevados de educação e formação profissional. Este grupo valoriza as aspirações que têm a ver com a superação mais do que qualquer outra geração (Dominguez, 1994).

Dadas estas referências e experiência prática analisadas, considera-se que atender à questão das relações intergeracionais em contextos de trabalho é importante para entender as organizações hoje. No entanto, a questão geracional muitas vezes não é levada em conta em estudos de desenvolvimento organizacional no contexto cubano. Assim, os modelos universais de motivação e satisfação com o trabalho serão sempre desatualizados e incompletos, se o fator geracional não é analisado.

Neste ponto surge a pergunta: quais são as possíveis causas que estão condicionando a

dinâmica entre as gerações? Em primeiro lugar, entre os grupos geracionais diferentes existem interdependências, embora possuam interesses diferentes e diferentes formas de vivenciar o ambiente organizacional.

No caso particular desta organização, as causas das dinâmicas intergeracionais não só têm a ver com as características das diferentes faixas etárias e valores de cada geração, de acordo com os seus espaços sociais, mas também com as relações de poder estabelecidas. Neste caso, pessoas com mais de 60 anos são as que ocupam a maioria das posições de direção, e são, portanto, as que tomam as decisões e comumente velam pelo cumprimento das regras e regulamentos. Do mesmo modo, o desenvolvimento da atividade científica necessita de espaços e possibilidades para inovação e desenvolvimento da criatividade, processos que são consideravelmente dificultados nesta organização.

Estas características do ambiente de trabalho tornam-se fontes de insatisfação, especialmente para o grupo de jovens, pois estão em contradição com as suas necessidades de desenvolvimento profissional e de trabalhar num sistema mais dinâmico e flexível. Outra causa que determina a dinâmica das relações intergeracionais relaciona-se com o tipo de atividade que a organização realiza, que é precisamente a atividade científica. Este microcontexto matiza de modo singular as interações sociais, já que na ciência é necessário tempo de prática e estudo para consolidar formas de fazer e pensar que possam se considerar “válidas”. O jovem, ao chegar à organização, precisa de períodos de formação para poder se inserir na atividade que realiza, uma vez que o conhecimento e as práticas já legitimadas são atributos usualmente das gerações mais velhas.

Estas peculiaridades do microcontexto de uma organização de trabalho dedicada ao desenvolvimento científico geram necessidade de estabelecer relações de cooperação entre as gerações que o compõem, caso contrário, pode ser afetado o cumprimento das metas organizacionais e, ao mesmo tempo, podem criar-se dinâmicas que geram insatisfação e afetam o ambiente de trabalho.

Neste contexto de trabalho, especificamente, existe também uma polaridade entre o desenvolvimento científico e a realização de serviços técnicos. As gerações mais velhas conferem mais importância aos serviços técnicos, enquanto as gerações mais jovens defendem a realização da atividade científica. Pesquisas sobre a juventude cubana dedicada à ciência mostram que para este grupo o desempenho da atividade científica e sua vida profissional são altas motivações que, devidamente encaminhadas, podem atenuar o impacto negativo da baixa remuneração econômica nesse setor (Castilla, 2008; Dominguez; Giniebra, 2012).

Por último, acredita-se que as causas da dinâmica intergeracional nesta organização também estão relacionadas a um contexto social mais amplo, com uma tendência para o envelhecimento do potencial científico, devido à fraqueza dos mecanismos de renovação das gerações, já que, entre outras coisas, ainda não se prioriza suficientemente a formação científica da juventude, especialmente a pós-graduação. Existe, ainda, uma crescente tendência de migração do potencial científico, principalmente jovens, em busca de melhores opções de carreira e remuneração financeira (Dominguez Brito; Fernandez; Castilla, 2005).

Pontos de chegada

Torna-se importante, através da política organizacional, prestar especial atenção à relação entre as gerações, especialmente entre os grupos extremos, e assegurar que os/as jovens vivenciem de forma mais favorável seu ambiente de trabalho e desejem permanecer nele. Seria adequado alcançar, através da gestão por competências, uma maior coordenação entre as atividades de seleção, formação e desenvolvimento profissional.

Outra recomendação seria criar espaços de diálogo entre gerações em torno de temas importantes para o desenvolvimento organizacional, que permitam articular diferentes visões e apreciar o comum. Conhecer e compreender as diferenças entre gerações pode ajudar a melhorar o funcionamento da organização e da vida das pessoas nela. Cada geração tem algo único para oferecer. Reconhecer e adaptar-se a essas características pode evitar um conflito entre grupos de trabalhadores/as e, ao mesmo tempo, melhorar a comunicação e colaboração, permitindo o sucesso organizacional.

Devem-se articular as visões da organização com interesses reais dos grupos geracionais que a compõem, principalmente dos/as jovens, grupo com alto potencial para flutuar nesta organização.

A fim de uma melhor gestão das relações intergeracionais no contexto do trabalho, acredita-se que a mudança deve acontecer no sentido de desenvolver relações mais cooperativas, possíveis se forem visualizados objetivos comuns, se forem compartilhados recursos e informações, se forem construídas identidades coletivas, se for desenvolvido um estilo mais democrático de liderança e se se aceita a diferença – valorizada como positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILLA, C. Los jóvenes científicos y las instituciones de ciencia en Cuba: oportunidades y desafíos actuales. In: CASTILLA, C.; RODRÍGUEZ, C. L.; CRUZ, Y. (Org.). **Cuadernos CIPS 2009**. La Habana: Publicaciones Acuario, 2010. p. 231-239.

D ÁNGELO, O. et al. **Diálogo Intergeneracional: más allá del conflicto**. Investigaciones, retos y proyecciones sociales. 2009. Resultado de investigación. Grupo Creatividad para la Transformación Social - Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, La Habana, 2009.

DOMÍNGUEZ, M. I. **Las generaciones y la juventud: una reflexión sobre la sociedad cubana actual**. 1994. Tesis (Doctorado en Sociología) – Universidad de La Habana, 1994.

DOMÍNGUEZ, M. I.; BRITO, Z.; FERNÁNDEZ, L.; CASTILLA, C. **Lugar y papel de la juventud en la política científica nacional**. 2005. Resultado de investigación. Grupo de estudios sobre juventud - Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, La Habana, 2005.

DOMÍNGUEZ, M. I. Oportunidades y retos para la integración social de la adolescencia y la juventud en Cuba hoy. In: DOMÍNGUEZ, M. I. (Org.). **Niñez, adolescencia y juventud en Cuba**. Aportes para una comprensión social de su diversidad. La Habana: CIPS-UNICEF, 2010. p. 99-114.

DOMÍNGUEZ, L.; GINIEBRA, R. **Proyectos profesionales y valores asociados al desempeño de la profesión en estudiantes de la Universidad de La Habana.** Ponencia al Taller Internacional sobre Juventud 2012. La Habana: CIPS, 2012.

JARA, O. **Para sistematizar experiencias:** una propuesta teórica y práctica. San José, C.R.: Centro de estudios y publicaciones ALFORJA, 1994.

Resumo

Este artigo explora o tema das relações intergeracionais no contexto organizacional cubano, através da sistematização de uma experiência numa organização de trabalho cubana, no campo da ciência. É usada a proposta metodológica de sistematização, de Oscar Jara (1994). Apresentam-se e analisam-se as percepções intergeracionais de diferentes grupos e identificam-se questões de conflito, nas quais os grupos de jovens e idosos são colocados em posições extremas: integração versus adaptação passiva, desenvolvimento profissional versus necessidades imediatas e flexibilidade versus rigidez. Finalmente, são valorizados os elementos que podem afetar as características das relações entre grupos geracionais numa organização de trabalho, com vistas a propor ações para a transformação.

Palavras-chave:

sistematização, relações intergeracionais, juventude, organização de trabalho.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/10/2015

DATA DE APROVAÇÃO: 11/04/2016



Yoana Batista Jiménez

Pesquisadora do grupo Cambio Humano do Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas (CIPS), Havana, Cuba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Trabalho e das Organizações da Faculdade de Psicologia da Universidad de La Havana. Licenciada em Psicologia pela mesma instituição.

E-mail: yoanabatista09@gmail.com

Infância e cinema

ENTREVISTA DE Conceição Seixas

COM Sandra Kogut



IMAGEM: Tarsila do Amaral

Conceição Seixas Nos conte um pouco sobre a sua trajetória de vida e de que forma essa temática da infância entrou na sua produção audiovisual.

Sandra Kogut É engraçado, eu nunca achei que fosse falar da infância, fazer filmes sobre a infância, porque a minha lembrança da infância não é assim um paraíso perdido, como é pra muita gente. Para mim a infância é uma época um pouco sombria, tenho lembranças que não são tão felizes. Eu não romantizo a infância. Tive uma infância feliz, uma família feliz, não aconteceu nada de excepcional na minha história, mas a situação de você ser criança e ter que pedir permissão para tudo é uma realidade muito dura na infância.

E aí, eu li o *Miguilim*¹, o *Campo Geral*, há muitos anos, e me emocionei muito com este livro, fiquei encantada! Claro que você pode gostar de um livro e não necessariamente achar que vai dar um filme. Mas o que está dito ali, a infância no sentido de ser um período pré-verbal, de se perceber o mundo pelos sentidos e não tanto pelo raciocínio lógico é uma coisa muito forte pra mim. Eu tenho lembranças muito poderosas da infância, dessa maneira de estar no mundo. Achei que a história era sobre esta questão e o cinema é uma ferramenta maravilhosa para falar, para expressar isto.

O que eu não gosto da infância é a “etiqueta infância”, quando se falam coisas do tipo “o mundo infantil”, e tudo que está associado à infância em termos de consumo de produtos. Esse mundo é um pesadelo. Mas compreender as emoções é uma coisa que me toca muito.

¹ *Manuelzão e Miguilim*, de Guimarães Rosa; livro dividido em duas histórias: *Campo Geral* e *Uma Estória de Amor*.

Percebi que, antes de fazer *Mutum*, eu fazia filmes sempre com muitos velhos. Eu me interesso por essas pessoas que de alguma maneira estão à margem, é um olhar privilegiado, em que você também é observador: você está trabalhando, mas também observa de onde você está. Então, para mim, eu não estava fazendo o filme sobre a infância.

Quando *Mutum* ficou pronto, me lembro de um debate com o Thiago², que é o menino protagonista, e alguém perguntou: “Você acha que isto é um filme para crianças”? E ele respondeu: “Eu acho que é um filme para adultos, visto por crianças”. Na verdade, o filme *Mutum* não está se relacionando com o estereótipo da criança. É uma sutileza, uma coisa sensorial, em que você vê a criança representada. A minha maneira de trabalhar com crianças não é muito diferente da minha maneira de trabalhar com adultos. Talvez seja até mais fácil, pois uma coisa que é maravilhosa na infância é que as emoções são muito cruas. Crianças são muito estado bruto, passam muito rapidamente do tudo ao nada. Para mim isso é o motor do trabalho no cinema, trabalhar essas emoções.

Conceição Seixas Embora você não tenha tecido o seu objeto inicialmente, “vou tratar da infância”, isto acontece a partir de alguma razão, a leitura do livro. Mas tanto em *Mutum* quanto em *Campo Grande*, a infância é retratada de forma pungente. As crianças personagens desses filmes e a infância vivida por elas vão um pouco na contramão de uma visão idealizada e romântica de infância, aquela ligada ao consumismo a que nem toda criança tem acesso, que vai à escola, que não precisa trabalhar. Então eu queria que você falasse sobre a escolha por trabalhar com essas crianças e também sobre a infância que você retratou desses personagens, que é tão diferente de uma ideia normativa de infância.

Sandra Kogut Essas crianças não têm aquela infância “acolchoada”, são crianças que muito cedo na vida já estão lidando com questões que para outras crianças vão aparecer bem mais tarde. Eles têm uma consciência muito grande do sentido da responsabilidade e isso foi muito importante para o trabalho. Na verdade, o ambiente onde as histórias se passam, tanto num filme quanto no outro, me interessa muito. Essas crianças que estão mais jogadas no mundo me comovem muito, mas o grande motor que está por trás de tudo são as relações humanas que atravessam as classes sociais. Essa percepção de infância não é ligada somente à questão de classe social. Eu não acho que uma criança que tenha mais brinquedo não possa ter as questões existenciais que tem o Thiago, naquela família com poucos recursos. Na verdade, o que me guia é a questão humana e das relações. Então é por isso até que eu, que sou uma pessoa urbana, me senti em casa fazendo o filme *Mutum*, porque no fundo eu entendia o que aquele menino estava sentindo naquelas situações. Eu conseguia me colocar no lugar dele. No filme *Campo Grande* foi a mesma coisa: eu não fui abandonada, não vim do subúrbio, mas eu consigo entender aquele lugar no mundo, como eles se sentem, e por isso consigo fazer um filme sobre isso. Para fazer um filme eu preciso me sentir emocionalmente em casa, dentro dele.

Conceição Seixas Na faixa de comentários de *Mutum*, eu achei tocante, comovente, quando você diz que é como se você conhecesse aquele menino, o Thiago, como se ele representasse uma simbologia da infância. Então você acrescenta que mesmo tendo vivido numa cidade grande, e uma infância diferente, há algo familiar na forma de ele estar no mundo.

2 Nome do ator e do personagem principal criança que ele interpreta no filme *Mutum*.

Sandra Kogut Sabe o que é essencialmente isso? É a sensação de inadaptação, de inadequação que esse menino tem. Ele está ali, mas também está sonhando com alguma coisa que ele não conhece, com o que tem depois das montanhas... ele não se sente completamente em casa ali. Isso é interessante! Eu me lembro de quando estava mixando esse filme, na França, e o mixador francês – que tinha visto o meu filme anterior chamado *Um passaporte húngaro* (em que eu tento virar húngara) – disse “Ah, tem tudo a ver você fazer esse filme, porque é sobre ser estrangeiro”. Esse menino, ele se sente estrangeiro em casa e é por isso que eu digo que tem uma questão existencial na vida que é um laço comum entre todas as pessoas.

Conceição Seixas Você acredita então que haveria uma especificidade, a questão existencial, que ligaria esses personagens, independente do contexto social, geográfico? Por exemplo, *Mutum* é filmado no sertão, retratando uma infância da zona rural, *Campo Grande* é filmado no Rio de Janeiro, portanto uma infância no meio urbano, uma grande metrópole. Que distâncias e relações você percebe entre esses personagens, essas crianças?

Sandra Kogut Eu não quis dizer que o lugar, o contexto social, a geografia não são importantes. Tudo isso é muito importante. Mas os personagens não são tipos, não é uma ilustração. O motor é o fator humano e, claro, como isso se dá naquele lugar, naquele contexto. Por exemplo, a ideia para o filme *Campo Grande* eu comecei a ter quando estava fazendo *Mutum*, que tem uma cena em que a mãe dá o filho, uma cena que veio do livro. Eu achava que era um tipo de história que eu conhecia, pois a gente ouviu muito falar nisso. Só que, na hora em que fui fazer o filme, percebi como aquilo era complexo, difícil de fazer. Como era difícil me colocar no lugar de cada um, pois quando a mãe dá um filho, isso é um gesto de amor, não é um abandono. Ela acha que está dando para o filho ter a chance de uma vida melhor. Então, fiquei com isso na cabeça e quando acabou *Mutum* eu só pensava nisso, no que acontecia com as crianças depois da doação. Daí comecei a fazer uma pesquisa, fui a muitos abrigos, conheci muitas histórias e foi daí que nasceu *Campo Grande*.

Conceição Seixas Em *Campo Grande* essa questão é muito forte. A mãe dá o filho por causa das dificuldades que eles estão passando, o pai já tinha saído de casa. A mãe deixa os filhos numa casa em Ipanema.

Sandra Kogut Durante as pesquisas que fiz nos abrigos, eu achava muito emocionantes as histórias de como os filhos sempre viam uma justificativa para os pais. A gente sempre ouviu falar do amor incondicional dos pais pelos filhos, mas o que vi nessas histórias foi o amor incondicional dos filhos pelas mães: “a minha mãe vai voltar”, “Ela é muito ocupada”, “Ela não estava podendo”... É interessante que as pessoas muitas vezes julgam facilmente uma situação como essa, e eu não queria julgar, queria falar da complexidade disso.

No caso de *Campo Grande* a gente poderia dizer que ela (a mãe) abandonou os filhos. Mas ela pensa muitas coisas, deixa os filhos em um lugar que ela acredita poder buscar depois, onde eles vão estar protegidos, pois tem muitas lembranças daquele lugar, da infância dela, de quando a mãe dela trabalhava ali. É uma relação bastante complexa.

Conceição Seixas Voltando um pouco a essa ideia das motivações de ter feito *Mutum*, como se esse personagem (Thiago) lembrasse algo familiar, a forma de ele estar no mundo, a escolha de retratar a infância na sua produção audiovisual teria a ver com sua vida, uma causa, uma ideologia?

Sandra Kogut Eu me identifico com esses personagens; eu também era uma criança um pouco inadaptada. A minha família, os meus avós imigraram para o Brasil, eu estudava em uma escola francesa, tive uma educação um pouco estrangeira. Então, desde criança eu tinha consciência da diferença. Acho que isso, aliado à sensação de a infância ser um lugar muito nebuloso, sem que saibamos exatamente o que é certo, o que é errado, quando é preciso lutar muito por suas questões, isso tudo sempre me colocou muito perto desse menino.

Tem ainda a questão da miopia, que é um símbolo perfeito da infância, pois quando se é míope (eu sou míope) se vê muito bem de perto, mas de longe é fora de foco, é uma névoa. E a infância é bem assim, o quarto é o mundo inteiro, é gigante, e a partir dali, o que está além é nebuloso. É assim fisicamente, espacialmente, e também nas questões. Por exemplo, você pode levar uma bronca terrível porque derramou um copo e ao mesmo tempo o seu pai achar graça porque um amigo bateu com o carro. É difícil entender o certo e o errado. Tudo isso me interessa muito e me fez me sentir muito dentro dessa história. *Campo Grande* é uma evolução disto.

Conceição Seixas Você comentou que durante as gravações do filme *Mutum* não fazia muita distinção entre crianças e adultos e até recomendava à equipe para não tratar as crianças de forma diferenciada, com mimos. Disse também que ficava impressionada com a disposição do ator, o Thiago (que tem o mesmo nome do personagem), quando todos já demonstravam cansaço, no final do dia. Quando perguntado sobre essa disposição ele disse que estava acostumado a trabalhar, pois assim o fazia desde que era criança. O que será que ele quis dizer com a frase “desde que eu era criança”?

Sandra Kogut Eu me lembro que falei com ele: “Você ainda é criança, só tem dez anos”! Essa história mostra que ele já estava no mundo que exigia responsabilidade, exigia deveres, que é o que, em geral, se associa ao mundo dos adultos. Então, ele já não se via mais como criança. Isso é muito comovente, porque quando escrevi o Thiago, procurava um menino que fosse muito próximo desse personagem, que tivesse muita coisa em comum com ele, que pudesse se reconhecer naquele personagem. Não que ele tivesse consciência, ele não leu o roteiro, ele não sabia o que ia acontecer, não olhou o personagem de fora e analisou. Mas à medida que as cenas iam acontecendo ele se reconhecia ali, ele entendia aquilo “por dentro”. Este personagem luta muito com a questão sobre o que é ser adulto, se quer crescer ou não e, numa vida dura, na qual já tem muitas tarefas e responsabilidades, não se sente muito à altura, pois, quando se é criança, você ainda não sabe fazer as coisas direito, você pode sentir que não está conseguindo as coisas. O Thiago se sente assim, um pouco fracassado.

Conceição Seixas Na filmografia brasileira e estrangeira temos observado personagens e enredos que retratam a infância em toda a sua diversidade e complexidade. Infância refugiada, infância que conviveu muito com a ditadura... Gostaria que você comentasse sobre o papel do cinema em desvendar outras formas de olhar a infância.

Sandra Kogut Eu acho que o papel do cinema é desvendar outras formas de olhar. A infância é um momento muito rico e muito cinematográfico, por não ser um período tão verbal. Muitas coisas são percebidas pela sensação, pelo cheiro, pela luz, pelo som... Se percebe mais do que se entende. Acho que o cinema é sempre um olhar. Quando você faz um filme, você está dizendo assim: “Eu fulano, neste momento, sobre este assunto, esta história, vi assim”. É por isto que se assina um filme, não é apenas a vaidade, é para dizer que este foi o seu olhar. É uma questão de responsabilidade. Provavelmente, daqui a cinco anos, eu faria diferente. E o cinema é a multiplicidade

de olhares, está sempre lembrando que não existe uma verdade absoluta, mas a verdade de cada filme, que é do tamanho daquele filme e não faz dela menos importante ou menos poderosa. Esta consciência de que cada filme é um olhar e que, portanto, existem muitos olhares, é algo muito importante na vida.

Conceição Seixas Você falou que as crianças têm essa coisa mais crua, espontânea. Você acha que a infância é uma via privilegiada de produção audiovisual?

Sandra Kogut O cinema está lidando com a representação. O que eu procuro é algo que transcenda aquele ritual. Por exemplo, estou dando essa entrevista. Se eu estiver me ouvindo falar, vai ter uma artificialidade, um cálculo meu em relação à minha *persona* social que provavelmente tornaria esta entrevista meio chata. Quando você está fazendo um filme, está todo o tempo procurando se afastar disso, mas ao mesmo tempo ali tem um circo armado. Então, como você vai fazer para que aquilo ali seja tão verdadeiro e tão importante para quem está ali, vivendo aquelas cenas, para que aquilo ali ganhe desse circo? Isso porque o cinema que me interessa é aquele que conversa, que se relaciona com a vida. Tem gente que faz cinema, que conversa e se relaciona com o cinema. Eu procuro e me emociono com uma coisa que vai além do que é o cinema, com algo que chega perto da vida.

É claro que tem coisas que trazem uma verdade muito grande para o que você está fazendo. Se você tem um bicho em uma cena, ali tem uma força da natureza, tem um limite do que aquilo pode ter sido planejado. Eu procuro isto com tudo, adultos e crianças. Eu não trabalho com ator mirim, tenho horror a isso. Mas as crianças, e em geral pessoas que nunca fizeram aquilo – não atores, crianças que nunca fizeram cinema, que não têm ainda uma construção da sua imagem – são muito ricas em termos do trabalho cinematográfico, pois estão sempre se relacionando mais com a vida do que com a situação de estar ali. No caso de crianças urbanas, Igor e Rayane³, é muito diferente, eles têm Facebook. É diferente daquelas crianças que não sabiam nem o que era cinema, nunca tinham ido a um cinema. Então, fiz um trabalho muito intenso com o Igor e com a Rayane, para chegar neste lugar, e para isso não é preciso estar isolado do mundo, mas é preciso trabalhar. A criança tem uma coisa muito sedutora, que é trazer muito dessa verdade, da presença... O que eu procuro num filme é que eles estejam plenamente lá. Quando o que está acontecendo é importante para quem está vivendo aquilo, nem a luz na sua cara, nem a câmera, nada vai tirar aquilo que está acontecendo... E as crianças têm um potencial muito grande para isso.

Conceição Seixas As crianças chegam a participar da construção dos seus roteiros?

Sandra Kogut Ninguém, nem as crianças, nem os adultos leem o roteiro. Eu acho que eles só podem entrar em um momento bem preciso. Se eles lerem antes, vão olhar como se fosse uma história, começar analisar e isso cria uma distância muito grande. Mas não é improvisado. Na hora de se fazerem as cenas, se trabalha muito a questão emocional. Nesses filmes, eu falava a cena para eles e na hora de filmar, lia as frases. Claro que não dava para decorar, eu pedia que fechassem os olhos... Então, quando eles falavam, saía de um outro lugar, do jeito deles. As falas saíam assim, condensadas entre o roteiro, o que era construído, e o que era a vivência daquilo ali.

3 Nome dos atores e também dos personagens principais crianças do filme *Campo Grande*.

- Conceição Seixas** Mas havia mudanças no meio do caminho? Eles participavam dessas mudanças?
- Sandra Kogut** Não, eles nunca participavam dessa carpintaria, eles estavam dentro da cena, não tinham esse olhar de fora. Nunca viram o monitor, nunca viram uma cena. Às vezes eu falava, incentivava, mas na cena, nunca em relação ao roteiro. O meu trabalho era levá-los para esse lugar, e não compartilhar as dúvidas, os problemas, as mudanças do roteiro.
- Conceição Seixas** Você disse que não gosta de trabalhar com atores mirins. Como foi trabalhar com as crianças? Foi inspirador?
- Sandra Kogut** Atores mirins têm muitos tiques, trejeitos. De todo modo, o trabalho com crianças não é fácil, mas é sempre muito inspirador. Muitas vezes eles me comoviam. Eu tinha muito respeito, admiração por eles. Em *Mutum*, eu chegava no set às 4:30 da manhã, cansada, com muitos problemas a resolver, mas quando olhava pra eles, me animava para ir em frente. O Igor, que está em muitas partes do filme, me emocionou muito!
- Conceição Seixas** É impressionante pensar que eles nunca haviam atuado, pois passam muita verdade. E você, teve algum filme que a inspirou para fazer estes filmes?
- Sandra Kogut** Olha, certamente fui e sou influenciada por muita gente. Há pessoas que rendem homenagem, que seguem a obra, mas eu, quando vou começar um filme novo, tento começar completamente em branco. Faço um exercício para entrar no filme o mais às cegas possível. É sempre um filme a se descobrir, não existe um método específico, uma praxe da produção. Sei que em mim há muitos filmes e diretores: o francês Maurice Pialat, que dirigiu “*L’enfance nue*”; um filme do diretor Robert Bresson, “*Mouchette*”; Jean Eustache, com o filme “*Mes Petites Amoureuses*”... Então, certamente, fui influenciada por muita coisa, mas não penso nisto quando estou trabalhando.
- Conceição Seixas** Eu queria que você nos falasse um pouco da relação entre adultos e crianças, porque me pareceu que, nos seus filmes, não são relações de tutela, de cuidados, essas relações mais convencionais entre adultos e crianças.
- Sandra Kogut** No caso do *Mutum*, há claramente o mundo dos adultos e o mundo das crianças. Há dois mundos, mas só percebemos o mundo dos adultos pelo olhar da criança. Tanto que há várias coisas que não entendemos bem. Por exemplo, será que ele (Thiago) é filho do tio, será que a mãe está tendo um caso com o tio? Temos pedaços de informação e só sabemos o que sabe esse menino, que é quase nada. Ele sente, mas também não sabe direito o que está acontecendo. Então, estamos nesse filme com ele, estamos colados no Thiago, vivemos tudo o que está acontecendo ali pelos olhos dele.
- No caso de *Campo Grande*, é diferente, porque uma coisa que eu achava importante para contar aquela história é que não tivesse apenas um protagonista, um ponto de vista. Como eu estava interessada na complexidade daquelas relações, achava que tinha que entender o lado de todo mundo. Então o filme começa realmente com as crianças, mas aos poucos vai abraçando outros personagens: aquela mulher com quem no início se antipatiza, a Regina, aos poucos se vai entendê-la melhor, entender a filha (Lila), até entender o lado da mãe das crianças. É um filme que exige do espectador, pois não simplifica a história em um protagonista, mas vai mudando de lugar, fugindo da regra de roteiros cinematográficos. É arriscado, mas eu achei importante para contar essa história e assim apresentar bem essa diferença entre o mundo das crianças e o dos adultos. No *Campo Grande* acontece uma coisa bem distinta, pois o menino e a mulher

(os personagens Igor e Regina) são muito diferentes: ele é menino, ela, mulher; ele criança, ela, adulta; ele não tem dinheiro, ela tem. Só que, à medida que a história vai andando, eles vão vendo – e o espectador também – que estão iguais na vida, vivendo a mesma situação, e assim cria-se um laço entre eles.

Conceição Seixas Ela (Regina) também, de certa forma, está vivendo um abandono, uma separação de vínculos com a filha.

Sandra Kogut Ambos estão vivendo um momento de incertezas, de mudanças, uma coisa meio brutal. Aqueles momentos em que não somos mais o que éramos, mas ainda não viramos outra coisa.

Conceição Seixas É tão marcante aquela cena quando, diante de tanta dificuldade, sem saber o que fazer com aquelas crianças (Igor e Rayane), naquela tensão, a filha (Lila) diz para a mãe (Regina): “Você não sabe cuidar de ninguém”.

Sandra Kogut Exatamente! Ela (Regina) resolve ir a Campo Grande, o bairro de origem das crianças. Quando ela toma aquela atitude, é uma chamada, as crianças acabam trazendo à tona as questões da família.

Conceição Seixas Eu compreendi e estou de acordo, quando você diz que não necessariamente o recorte de classes é um marcador de diferença significativo para as relações interpessoais. Na questão do cuidado, na relação adulto-crianças, o compromisso geracional dos adultos com as crianças, na nossa cultura, não é reproduzido em todos os contextos, pois não são todas as mães que precisam dar os seus filhos, o que não significa dizer que não se abandonem os filhos mesmo estando em classes abastadas, no sentido emocional. Mas na situação do filme há um recorte de classe. Então, eu queria que você nos falasse um pouco sobre como você vê estas relações convencionais de cuidado, a própria tutela entre adultos e crianças. Nos seus filmes isto aparece um pouco diferente, pois você mostra adultos que precisam dar os filhos, dadas as contingências do momento.

Sandra Kogut Pessoalmente, não consigo imaginar isto. Se ficar alguns dias longe dos meus filhos, eu sofro, não consigo ficar longe deles. Mas não posso julgar essas mães que de alguma forma tiveram que se separar dos seus filhos, pois nessas histórias existem muitas camadas, e ali também tem um gesto de amor. A mãe do filme *Mutum* sofreu muito pra dar o filho. Ela acha que ele vai morar na cidade, que vai ter óculos, que a vida dele vai ser melhor. Ela mente para ajudá-lo a encarar melhor a situação. Ela diz “Um dia todo mundo se encontra, no fim do ano a gente vai também”, e aquilo é um gesto de amor. No caso de *Campo Grande*, é mais complicado, a mãe é muito nova, já tem dois filhos e está grávida, perde a própria mãe que era um porto seguro, então o que ela vai fazer com as crianças? Ela está numa situação de desespero, mas ela não rejeita os filhos. Com o pouco de opções que tem, ela está tentando dar alguma coisa para eles. Isso eu acho tão impressionante, uma situação tão rica do ponto de vista humano, social, emocional! É o que me faz ter vontade de olhar pra ela, não para julgar, mas para entender os sentimentos.

Conceição Seixas Os personagens crianças, ao mesmo tempo que têm uma relação difícil com alguns adultos, constroem uma relação de cumplicidade entre eles. Felipe⁴ e Thiago, Igor e Rayane fazem promessas uns para os outros, se fortalecem juntos, contam um com o outro. Eu gostaria que você comentasse essas relações entre as crianças.

4 Nome do ator e do personagem criança que ele interpreta no filme *Mutum*.

Sandra Kogut A fratria é uma relação que não tem igual em termos de conexões, de intimidades, tudo tão absoluto para a vida toda. São relações bem diferentes até de um amigo, de um parente adulto. É alguém que está no mesmo lugar que você, que dividiu com você as coisas mais profundas da vida. E isso é para sempre. A relação deles é linda por isto. Quando Igor deixa a Rayane no abrigo e vai à luta, ele está sempre pensando nela, ele fez a promessa de achar a mãe, está imbuído disto. Quando eu estava trabalhando com os atores, gostava muito de falar além do texto, o subtexto, não do que estão falando, mas do que estão pensando... Muitas vezes existe uma distância grande entre o que estamos falando e o que estamos pensando. Isso me interessa muito.

Conceição Seixas É uma relação entre pares...

Sandra Kogut Eles estão colados, os irmãos têm uma coisa que vai além da amizade, uma união muito profunda.

Conceição Seixas Essa relação entre pares, das crianças entre si, isto se contrapõe à relação das crianças com os adultos.

Sandra Kogut As crianças estão no mundo delas, e entre elas e o mundo dos adultos há um muro, não tem jeito.

Conceição Seixas Você tem outros projetos de produzir filmes sobre infância?

Sandra Kogut Neste momento, estou desenvolvendo alguns projetos, mas outras coisas. Há até um filme em que estou trabalhando, que é adaptado de um conto e se passa na Cisjordânia, e envolve a venda de um bebê. Ou seja, não tem criança, mas tem a relação da maternidade. Então eu diria que esse projeto ainda tem alguma relação com a temática da infância.

Conceição Seixas Uma última questão, teve alguma situação da vida real que te inspirou nesses filmes?

Sandra Kogut Sempre tem, mas na verdade a gente nunca sabe o que exatamente vai nos inspirar. Os filmes são trabalhos árduos, então é preciso ficar obcecado por eles para encarar todos os desafios da produção. Quando olho retrospectivamente, sempre encontro uma lógica, mas não necessariamente algo que me tocou muito vai virar um filme.

Conceição Seixas Eu te agradeço muito pela entrevista. Você quer comentar algo mais, fique à vontade. Eu quero dizer que me emocionei muito com os seus filmes, com a cena dos óculos (o personagem Thiago, que já havia sido diagnosticado com miopia, ao deixar sua família para ir morar com o médico – para quem sua mãe o deu –, pede os óculos do médico para ver o lugar pela última vez). Eu confesso que chorei mesmo neste momento do filme.

Sandra Kogut A conversa foi ótima, eu agradeço a oportunidade. Estou à disposição para outras questões. Realmente são histórias emocionantes, eu chorei também quando li o livro.

Palavras-chave: infância, cinema brasileiro, representações da infância, *Mutum*, *Campo Grande*



Sandra Kogut

Cineasta, documentarista e roteirista. Dirigiu vídeos, videoclipes, documentários, curtas e longas-metragens, entre os quais têm destaque *Um passaporte húngaro* (2001), *Mutum* (2007) e *Campo Grande* (2016).

E-mail: sandra.kogut@gmail.com



Conceição Seixas

Doutora em Psicologia, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora do Nipiac – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

E-mail: conceicaoseixas@gmail.com

Así, quien quiere estar integrado? La cuestión de la inclusión en la escuela argentina de Lucía Garay

RESENHA POR

Margareth Diniz

Os desafios da inclusão social na América Latina



O livro ‘Así, quien quiere estar integrado?’ nos interroga a partir de uma pergunta provocadora, “quem quer ser integrado?”, abordando em seu conteúdo a questão da inclusão na escola argentina. Sabemos que a desigualdade é uma característica forte da América Latina. As sociedades são altamente desintegradas e fragmentadas devido à persistência da pobreza e à grande desigualdade na distribuição de renda, o que gera altos índices de exclusão. Todos os países vêm realizando importantes esforços para obter o acesso universal à Educação Básica e melhorar sua qualidade e equidade, porém, ainda persistem importantes desigualdades educacionais, o que significa que a educação não está sendo capaz, em muitos casos, de romper o círculo vicioso da pobreza, nem de ser um instrumento de mobilidade social. O maior acesso à educação tem possibilitado uma maior diversidade de alunos na escola, mas os sistemas educacionais seguem oferecendo respostas homogêneas, que não satisfazem às diferentes necessidades e situações do alunado, o que se reflete em altos índices de reprovação e evasão escolar, que afetam em maior medida às populações que estão em situação de vulnerabilidade.

A autora de *‘Así, quien quiere estar integrado?’* recolhe dados do UNICEF e da UNESCO acerca da Educação na América Latina e no Caribe (do ano de 2012), os quais dizem existir aproximadamente 117 milhões de meninos, meninas e adolescentes em idade de escolarização desde o nível inicial até o secundário. Destes, 6,5 milhões não vão à escola e 15,6 milhões nela permanecem acumulando fracassos e desigualdades, bem como a defasagem idade/série (Garay, 2015).

Num primeiro momento, sua análise discorre sobre os problemas advindos da globalização e seus efeitos devastadores em um contexto de crise econômica, o que, em sua visão, sem dúvida dificulta a inclusão escolar. A falta de recursos materiais, a imigração e a crise são apontadas por Lucía Garay como fatores que excluem da escola os mais pobres, marcando assim sua educabilidade por condições de carência e privação, resultando em uma educabilidade “diminuída”, em seu dizer. A autora menciona a “Asignación Universal por Hijo” (AUH) na Argentina, a qual prioriza as crianças de 0 a 5 anos, como uma medida fundamental para garantir o acesso e a permanência de crianças pobres na escola, entendendo que esse período de escolarização é fundamental para a equiparação de direitos entre crianças filhas de trabalhadores formais e as filhas de trabalhadores informais ou desocupados, reafirmando assim a associação positiva entre progressão social e sucesso escolar, ultrapassando as barreiras da desnutrição infantil. Em relação aos jovens, a autora analisa que mais de 900 mil na Argentina, entre 16 a 24 anos, não trabalham nem estudam, evidenciando, portanto, os efeitos devastadores de tal fenômeno para a sociedade argentina. Em relação à escola, Lucía Garay enuncia que grande parte da exclusão do jovem se deve ao fracasso escolar, ou seja, o problema é intrínseco à escola. Em relação ao trabalho – que, segundo ela, continua sendo centralidade social – ao não ser devidamente ofertado, gera grandes problemas sociais, como a exacerbação da violência, bem como a descrença nas instituições, sendo elas de escolarização ou não.

Em sua análise, a autora situa os diversos atores responsáveis por essa situação, de forma a implicá-los e igualmente responsabilizá-los: as instituições, os sujeitos e a sociedade. Ao longo do livro, a pesquisadora mostra que não há como não enfrentar a dialética desse quadro bastante complexo: os contextos sociais que operam como contextos de vida, as instituições educativas e suas crises, e os sujeitos que nela se educam ou trabalham.

Lucía Garay aponta que o campo da sociologia tem difundido a análise de que há uma quebra das instituições e dos laços sociais por elas gerados, fazendo com que os sujeitos só possam confiar em si mesmos. E, de forma crítica, Garay evidencia, em tom de denúncia, os meandros ocultos e silenciados das práticas no sistema educacional que denotam essa concepção apontada pela sociologia, elucidando mecanismos sutis de poder vinculados ao saber e às instituições. Por outro lado, mantendo-se em posição crítica, Garay aposta no sistema educacional como a única possibilidade de desvelar dispositivos que mostrem alternativas e possibilidades plurais para a sociedade.

1 No português: Atribuição Universal por Filho

A autora tensiona a discussão ao se perguntar qual o lugar da escola hoje para crianças e jovens. Que lugares ocupam pais e jovens na sociedade hoje? O papel da escola deve ser o de socializar ou de preparar o jovem para o mercado de trabalho, muitas vezes sem postos de trabalho suficientes?

Garay defende a não descrença na docência como dispositivo de formação, pois entende que professores e professoras, mesmo que também precarizados pela situação econômica e social, ao serem críticos em relação aos currículos em curso, podem inserir em suas disciplinas temas como ciência, arte, sexualidade, humanidades, saúde, meio ambiente, segurança, trânsito, informática, capacitando assim o jovem para as oportunidades laborais que porventura possam surgir, não dissociando inclusão escolar e inclusão social.

O livro em questão pretende justamente expor os resultados da investigação acompanhados de uma consistente e relevante produção teórica em torno das possibilidades e dos limites em relação ao currículo e à inclusão, mostrando a importância da escola como agente de inclusão social e como agente de inclusão educacional. Seu estudo se concentra na busca de regularidades, mecanismos e estratégias para intervir com sentido educativo transformador, diminuindo a evasão e o fracasso escolar.

Em sua análise do contexto de pesquisa, Garay afirma que, desde a década de 1990, vem observando haver uma crise que irrompe de forma a desestruturar a ordem e o equilíbrio social, institucional e pessoal. A chamada “crise” se manifesta na instância do sujeito, no seu corpo, em seus afetos, em seus vínculos, em seus saberes e crenças. No sistema educacional, essa crise é notada pela violência, pelo mal-estar e pela não aprendizagem. A pesquisadora evidencia que a crise no equipamento escolar é sentida quando há ruptura no sistema social e esse passa a demandar da escola respostas às demandas e necessidades que essa não pode ou não quer satisfazer.

O livro destaca o quanto a categoria subjetividade escapa às leituras que são feitas da escola e suas relações com o mundo, embora essas relações sejam sempre de sujeitos para sujeitos. Ao incorporar essa leitura da subjetividade como inerente aos processos educativos, a pesquisadora enuncia que tanto docentes como discentes querem se fazer reconhecer por suas histórias, o que fazem e o que pensam e, se isso não ocorre, podem recorrer à violência e à agressividade para se fazerem notar. Em outro polo aparecem as necessidades institucionais de reconhecimento social de credibilidade e autoridade, o que vem paulatinamente sendo perdido, da mesma forma que o prestígio social dos/das docentes, fazendo-se necessário reinstalar os valores do bem comum, da coletividade e da solidariedade.

Ao final do livro, a pesquisadora, que se propôs, ao longo de sua obra, a desvendar as relações entre a inclusão social e a inclusão escolar, se lança na aventura de implicar-se a si mesma nas leituras e interpretações do material que recolheu em seus estudos e propõe fundar novas organizações e novas relações pedagógicas.

Garay aponta também a questão do docente como ensinante sem desvinculá-lo de sua posição de sujeito. A pesquisadora o faz a partir de sua própria posição de escuta clínica e de formadora em cursos e seminários, e se implica ao analisar esse material, afirmando que é fácil perder-se em meio às questões vividas pelos docentes e suas complexas relações com os alunos e alunas caso não se atente para a necessidade permanente de reflexão sobre a prática via formação continuada.

O livro defende a necessidade de transcender os momentos catárticos subjetivos dos/das docentes sobre o que lhes falta, sobre as vivências de abandono e desconhecimento acerca de si mesmos. Segundo a autora, o trabalho consiste em interpretar que suas doenças e reivindicações insatisfeitas são expressões de insegurança e impotência. Tais sentimentos podem ser decorrentes de incessantes questionamentos sobre ‘o que fazer’ e ‘como fazê-lo’; questionamentos que partem dos/das próprios/próprias docentes e de outras pessoas do cotidiano escolar. A pesquisadora aponta que, na maioria das vezes, a urgência em responder tais questões lança os/as docentes em um ativismo imediatista que os impede de pensar sobre sua prática.

O que a autora busca é transformar o material empírico encontrado em um *corpus* teórico que sustente suas intervenções visando transformar e inovar o campo da educação e da escolarização, de forma a indagar o sentido comum do que encontra. Garay busca fugir do senso comum, considerando que devemos nos debruçar sobre as histórias dos sujeitos e em seus trajetos inconclusos. Ela verifica que a maioria dos/das docentes responde com desconfiança e apatia às propostas de formação que não contemplem suas urgências, mas sua aposta é a de que eles/elas aceitem sua proposta e se concedam tempo para transitar pelas questões que propõe.

Sua experiência baseia-se em estabelecer uma relação pedagógica fraterna que busque a verdade sobre o sujeito com base nos processos educativos e escolares, não para satisfazer a conservação e a reprodução de interesses individuais e escolares, mas visando reconhecer os/as docentes e estes/as a seus/suas alunos/as como sujeitos de direitos e identidades possíveis. Para tal, ela se propõe a conhecer o/a docente, sua vida e sua pessoa e garantir que este saber não seja usado contra eles/as, construindo assim uma confiança mútua a fim de que o cenário educacional possa ser de vínculos fraternos e solidários. Para a pesquisadora, isso só se dará se deixarem “cair as máscaras” em torno do que os próprios docentes vivenciaram em situações de exclusão, revividas no contato com o ensino de crianças e jovens, recompondo assim sua identidade fragmentada, se fazendo reconhecer.

Esse reconhecimento se dará pelo conhecimento construído sobre estas complexidades, que permita operar com a prática, desconstruindo saberes estáticos dentro e fora da escola, por supervisores e diretores que buscam nos alunos/as as explicações para suas dificuldades: problemas neurológicos, psicológicos, familiares ou decorrentes da pobreza ou das crises familiares. Além disso, esse reconhecimento se traduz em necessidade de apoio e ajuda aos docentes, o que pode se dar quando ele/ela próprio/a assume para si o “diagnóstico pedagógico” acerca das dificuldades de seus/suas alunos/as, tornando assim o problema concreto e facilitando a busca de soluções para o mesmo.

Para a pesquisadora, quando um/uma docente, em posição de educador/a, não reflete sobre sua própria prática, ele/ela se condena a reproduzir o que está instituído no mundo social. E, para os/as jovens em situação de aprendizagem, o não reconhecimento e a não construção de uma prática docente refletida (que os/as inclua) seria negar a possibilidade do que mais almejam: terem reconhecidas suas diferenças e serem assim integrados/as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARAY, L. *Así, quien quiere estar integrado? La cuestión de la inclusión en la escuela argentina.* Buenos Aires: Comunicarte, 2015.

Palavras-chave: inclusão social, sujeito, educação.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/01/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 29/03/2016

Margareth Diniz

Doutora em Educação. Professora Adjunta de Psicologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil. Professora do Programa de Mestrado em Educação da UFOP.

E-mail: dinizmargareth@gmail.com

Con voces propias: miradas juveniles contemporáneas en San Luis de Graciela Castro (Comp)

RESENHA POR

Sandra M. Arito

Uma obra polifônica



Sobre polifonia referimo-nos à simultaneidade de vozes diferentes que formam uma harmonia. Além da independência de vozes diferentes, o ouvinte as percebe em conjunto, como um todo. Por que “polifônica”? Acontece que, depois de ler a obra, é extremamente difícil realizar uma crítica sem prestar atenção, por um lado, à diversidade de tons e nuances que a compõem; e em segundo lugar, à sua orquestração polida, o que permite ao leitor contemplar sua essência, o que se quer dizer, a melodia.

Trata-se de um livro cujo campo de estudo e análise são chaves para a compreensão das transformações sociais em qualquer país, porque dá voz e considera a perspectiva de um setor da população historicamente caracterizado por promover e reforçar as várias mudanças sociopolíticas. A compiladora e responsável pelas pesquisas subsequentes sobre o assunto, Dra. Graciela Yolanda Castro, tem uma importante trajetória em pesquisa, ensino e trabalho de campo com os jovens, além de incorporá-los profissionalmente em sua equipe de trabalho. Um percurso que está presente no rigor científico e robustez acadêmica que reflete o livro em cada uma de suas páginas.

Neste caso, a pesquisa foi conduzida no âmbito da chamada do Fundo de Pesquisa Científica e Tecnológica (FONCYT), através da Universidad Nacional de San Luis (UNSL), num projeto intitulado “Juventude e cultura: a construção de identidades juvenis na intersecção entre populismo e cidadania ativa”. O seu objetivo geral foi “analisar como se manifestam nas representações e práticas sobre os jovens as tensões entre as políticas do governo e os valores tradicionalmente atribuídos à educação para a formação de cidadania ativa” (Castro, 2014, p. 23).

Esta publicação originou-se na primeira pesquisa empírica sobre o assunto, realizada numa província da Argentina, o que é muito importante porque abre o caminho e cria um precedente valioso para estudos de jovens na Argentina e na região. Também é notável outra característica que claramente assinala a Dra. Castro:

Outro aspecto de interesse refere-se ao fato de levar em conta como variável do estudo o contexto sociocultural e político. Este aspecto não deve ser interpretado como meramente dado anedótico ou descritivo. Sua consideração, pelo contrário, baseia-se na interpretação de que o território, o espaço, vai para além das questões geográficas e demográficas para ter a sua relevância epistêmica e para a construção de significados que fazem a identidade e subjetividade de seus habitantes. A importância do simbólico constrói indivíduos com características diferentes a partir da incidência do contexto cultural, social e político. Esta situação foi um elemento de motivação para a apresentação do projeto ao considerar que a informação e análise que surgiu dele poderia fornecer contribuições de dados empíricos e aportes teóricos para conhecer e compreender aspectos das culturas juvenis na província de San Luis (Castro, 2014, p. 23-24).

Hoje sabemos que os problemas contemporâneos nos interpelam como região, numa América do Sul que compartilha muito mais do que apenas traços identitários; compartilha lutas, conquistas, dores e dificuldades. É interessante, então, fazer circular livremente todos os trabalhos e produções universitárias da região, e este livro é um deles.

Os jovens são frequentemente citados nos meios de comunicação e, repetidas vezes, de maneira preconceituosa, são colocados sob a lupa de uma opinião pública que só destaca os conflitos, distúrbios e transgressões, estigmatizando o seu apego a certos gostos e culturas particulares e ligando-os a posições radicais associadas com violência. Poucas vezes a juventude salienta-se por suas realizações e desempenhos destacáveis.

‘Con voces propias’ torna possível que essas vozes sejam ouvidas, ressaltadas, consideradas ou estudadas sem serem distorcidas. Isso se alcança com uma abordagem humano-social que, através do seu rigor científico, se libera de todos os tipos de preconceitos estigmatizantes e moralizantes.

Outro aspecto importante do trabalho é a abordagem interdisciplinar do objeto. Profissionais que trabalharam na pesquisa vêm de diversas áreas: psicologia, direito, comunicação social, economia, ciência política, serviço social, administração e educação. Esta pluralidade de pertencimentos profissionais converge para trazer à luz um livro que não apenas investiga vozes juvenis, mas o faz com diferentes olhares, desde diferentes ângulos.

Polifonia feita a rolar... Após situar o contexto provincial e suas circunstâncias particulares, a autora faz uma interpretação geral dos dados que determinam a situação de San Luis, uma província atravessada por políticas que foram cruciais para sua composição social, demográfica e cultural. Este estudo permite desvendar a trama de complexas relações nas quais se dá a gênese e o desenvolvimento do olhar dos jovens de San Luis e entender suas peculiaridades.

Graciela Castro particulariza um contexto extremamente interessante, que permite ao leitor compreender de onde nascem esses olhares dos jovens, emergentes de uma província inevitavelmente transformada a partir da Lei de Promoção Industrial, na década de 80. Além disso, na seção intitulada “Sagas Políticas”, a autora aponta algumas circunstâncias que necessariamente condicionam o cotidiano provincial e caracteriza sociodemograficamente alguns aspectos-chave da cultura jovem de San Luis pertencente ao espaço urbano e rural, tais como gênero, atividades, leitura, uso do computador, entre outros.

Os autores acompanham o leitor ao longo de um caminho composto por diferentes itens, entre eles o uso de Tecnologia da Informação e da Comunicação ligado aos consumos culturais, educação, trabalho e participação da juventude rural da província - que lhes permitem entender de forma coerente, mas sempre inacabada, um olhar que emerge, muda, adapta-se e evolui.

Um tema hoje imprescindível para qualquer estudo sobre olhares da juventude, é “o ciberespaço e a vida cotidiana”. Este é abordado a partir da realidade da província de San Luis, em conexão com o advento da internet e computadores em contextos sócio históricos de ruralidade, incorporando alguns dados que falam sobre as reformas e transformações da vida cotidiana em sua relação com a tecnologia. Da mesma forma, a juventude e o mundo do trabalho são aportes importantes do tema trabalhado, analisando-se as condições de trabalho da juventude da província de San Luis.

Além disso, a participação dos jovens é mais uma contribuição interessante que permite o acesso ao problema das tensões teóricas e metodológicas características do processo de investigação. Finalmente, ao término do livro é nomeada em particular a “educação” como um tema que atravessa a população jovem, a partir de duas perspectivas muito interessantes: por um lado, o acesso à universidade dos setores sociais desfavorecidos, a entrada por uma “porta giratória”, título que desnuda através de uma metáfora triste e dolorosa uma realidade palpável; por outro, aborda as culturas juvenis e culturas escolares, focalizando os processos de inclusão e exclusão na educação da juventude na província de San Luis.

Vale ressaltar que os gráficos ilustrativamente claros e as fotografias completam atraentemente uma obra rica e, sem dúvida, polifônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Graciela (Comp.). *Con voces propias: miradas juveniles contemporáneas en San Luis*. Villa Mercedes (Argentina): Editorial El Tabaquillo, 2014.

Palavras-chave: juventude, vida cotidiana, participação.

DATA DE RECEBIMENTO: 28/03/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 18/05/2016

Sandra M. Arito

Professora pesquisadora da Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina. Directora do Centro CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) pela Universidad Nacional de Entre Ríos.

E-mail: sarito@arnet.com.ar

Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis

de Mônica Rebecca Ferrari Nunes (Org.)

RESENHA POR

Simone Luci Pereira e Maria Fernanda Andrade da Silva

Roupas de brincar, lembrar e consumir: cosplay e cultura midiática



As reflexões sobre a juvenilização da cultura (Morin, 1976) nas sociedades urbanas ocidentais têm aberto um importante campo de investigação nas últimas décadas que nos auxiliam no entendimento das práticas e imaginários dos grupos juvenis. Nestes, os sentidos de ser jovem ganham contornos específicos em cada tempo-espaço, articulando modos de ser, estilos de vida e subjetividades em torno do que vem sendo chamado de culturas juvenis.

Um importante aporte para esta agenda de pesquisas é o livro organizado por Monica Rebecca Nunes, 'Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis', resultado de pesquisa coordenada pela autora que versou sobre este tema –financiada pelo CNPq – reunindo vários pesquisadores de diferentes níveis de formação acadêmica por quase três anos em torno da questão: como os *cosplayers* da região Sudeste do Brasil (área etnografada pela pesquisa) habitam e consomem a memória das narrativas que geraram desejo pelos personagens escolhidos e como representam a cena *cosplay* que garante sua própria memória nas culturas juvenis.

Monica Rebecca, que já possui trajetória de reflexão no campo de estudos da memória e da cultura, articula neste livro as questões ligadas ao entretenimento e às culturas juvenis envolvidas no consumo da memória das narrativas do *cosplay* representadas em suas vestimentas, enfeites, maquiagens, penteados.

Mas o que significa *cosplay*, termo que poucos conhecem? No livro organizado em seis partes, vamos compreendendo que o nome diz respeito a uma prática comunicativa, cultural e de consumo em que os participantes não apenas se vestem com indumentárias especiais de seus ídolos escolhidos, mas, sobretudo, atuam como tais personagens nas mais variadas narrativas, brincando e confeccionando suas próprias roupas (*cosplay* é uma abreviação para *costume playing*), performando e criando identidades e pertencimentos ao dar vida a personagens de mangás, games, filmes de ficção científica, desenhos animados (animês), quadrinhos etc.

Na primeira parte do livro, intitulada “*Cosplayers e poetas*”, temos o artigo de Monica Rebecca Nunes (que abre a coletânea) e apresenta de maneira poética e com um espírito “*flâneur*” os aspectos fundamentais da etnografia – como metodologia adotada na pesquisa realizada – articulando uma discussão sobre culturas juvenis, semiótica da cultura, memória e culturas do consumo. Percorre ainda a história do termo *cosplay* (“roupa de brincar”) e sua prática na cultura *pop* japonesa até suas manifestações na moda e no estilo urbano na cultura global, analisando as narrativas que interligam memória e consumo. Mostra-se presente também a dimensão sonora das manifestações públicas como um elemento central, onde a paisagem sonora é realmente parte do cenário.

Presente também nesta primeira parte, o artigo de Marco Antonio Bin explora os contrapontos entre a poesia marginal dos jovens participantes nos saraus das periferias paulistanas e os encontros *cosplays* enigmáticos e coloridos, em suas representações e identificações de diferentes circuitos sociais. Em ambos, a representação performática se mostra como um suporte semântico de muitos significados, definidos por heróis e enredos memoriais que os impulsionam para novos desejos, motivações, experiências coletivas, a partir de um crescente acesso aos bens de consumo e a uma comunhão de afetos.

A segunda parte, intitulada “*Percepção, cognição e pertencimento*”, traz o artigo de Ana Guimarães Jorge, que entende a prática *cosplay* em seu estatuto cognitivo e de autopercepção do sujeito, ao construir um outro ficcional; e o texto de Gabriel Soares, que relaciona pertencimentos e socialidades presentes na prática do *cosplay* enquanto jogo. Os dois autores salientam que, na atualidade, o caráter efêmero e provisório dos processos de identificação social e pessoal são indicadores da crise de modelos fixos, isolados e estáveis da identidade; neste contexto, o *cosplay* estabelece arranjos sociais de identidades móveis, sendo um lugar de pertencimento, de criação de sentimentos, intensidades e vínculos. Novos jeitos de estar juntos podem ser articulados ao jogar ou ao fingir ser um personagem ou um “super-herói”.

A terceira parte do livro aborda um aspecto mais específico do fenômeno observado: a questão da moda e do estilo urbano. Tatiana Amendola Sanches discute os modos de vestir não apenas como elementos de distinção social e cultural cada vez mais fortes, mas também como elementos poderosos de construção de sentido, agenciamento, experiência, subjetividade e identidade no mundo atual, entendendo o *cosplay* como a possibilidade de novos saltos de expressão e de “estar no mundo”. Também nesta parte do livro, Mishiko Okano nos fala sobre as Lolitas, em artigo sobre a representação da estética *kawaii*:

embora a Lolita nipônica seja um produto híbrido das culturas dos dois hemisférios, pouca relação existe entre ela e a figura feminina da obra literária ocidental, uma vez que adota qualidade de ser *kawaii*, a qual alude, em geral, ao bonitinho, fofinho, infantil, alegre e puro, que faz que ela tenha pouca exposição da sua pele diferentemente da personagem no romance de Nabokov (Okano, 2015, p.195).

Lolita, como subcultura, surgiu no Japão na década de 1980 e tornou-se conhecida nas décadas posteriores até se tornar um dos elementos mais representativos da cultura *j-pop*. Mas Lolita é também conhecida como *fashion* (moda), que existe desde a década de 1970, quando surgiram as primeiras marcas e grifes a ela referentes. A paixão ocidental pelos elementos da subcultura Lolita japonesa fez com que o governo japonês os adotasse como estratégia de promoção do país, fazendo com que Lolita articule o *cosplay*, o *fashion*, um estilo de vida e um ícone publicitário.

A sonoridade é o tema da quarta parte do livro, que ausculta os sons da cena *cosplay*. Luiz Fukushiro e Heloísa Valente analisam a ópera *Madame Butterfly*, de Puccini, e sua estreia no inverno de 1904 no Scala de Milão, como representante inicial de uma onda de absorção da cultura japonesa e oriental que começava a se expandir de forma expressiva na Europa. Objetos decorativos, xilogravuras e estampas passam a circular pelo Velho Continente e pelos Estados Unidos, e têm seu valor de mercado muito aumentado e especulado por *marchands* e colecionadores. Matizes e cores, que são musicalmente expressos na sonoridade por efeito do timbre e de texturas harmônicas novas. Essa tradição culta apenas parece opor-se à paisagem sonora da cena *cosplay*, tão ruidosa quanto os filmes animês e mangás com suas onomatopeias, uma vez que todos estes sons representam um outro, fantástico e romantizado. Ainda nesta parte do livro, o artigo de Vera Pasqualin analisa como os elementos sonoros da cena *cosplay* estimulam o consumo material e simbólico, bem como o papel da memória e da imaginação nas experiências dessa prática, provocando impactos no aparato sensorial do consumidor na dinâmica entre tradição e tecnologia frenética. Mangás, com suas onomatopeias, os sons das performances *cosplay*, a escuta das rádios *web*, os vocaloides apresentados dentro das técnicas holográficas, são abordados. As contribuições teóricas, somadas ao estudo de campo, demonstram como elementos sonoros e ruídos diversos se embaralham na mente dos frequentadores, sem que isso seja encarado como cacofonia ou confusão: o fundo sonoro da paisagem urbana circundante, solos de guitarra e percussões de bandas de *animekê* no palco, trilhas de outros animês escutadas em seus *smartphones*.

A quinta parte do livro trata dos *games* e do colecionismo, enfatizando a questão da lembrança e do esquecimento em contextos de aceleração temporal próprias ao universo juvenil. Davy Basto de Sá compreende a construção de videogames baseados em mitologia e a repercussão destas narrativas na prática *cosplay*. Alguns *games* usam elementos ou signos de culturas arcaicas e os adaptam para a cultura contemporânea: as narrativas de caráter mitológico são transcritas para a atualidade. Ao se familiarizar e criar afetividade com esse jogo, uma nova narrativa se faz no próprio corpo dos jovens, ampliando a memória do mito na cultura. Wagner Alexandre da Silva nos faz perceber quão próxima está a prática do *cosplay* da prática colecionista ao observar o uso feito pelos *cosplayers* dos objetos pertencentes às histórias de mangás e animês como meios de aproximação ao universo ficcional dessas narrativas, especialmente quando são inseridos numa coleção. Percebe-se que a transição que se dá do *cosplayer* ao colecionador ocorre de forma gradual e progressiva, na medida em que cada um dos estágios vai sendo atingido e completado.

A última parte, intitulada “*Flânerie*”, apresenta uma galeria de fotos, registros imagéticos das experiências vividas e narradas nas etnografias. A ilustração geral do livro esteve a cargo de Ana Maria Guimarães Jorge, que possui um traço e uma composição inspirados e sugestivos para o tema em tela.

Se é possível afirmar que vivemos uma inflação do passado, das ondas *retro* e *vintage* que dão lugar a certa “cultura da memória” (Huyssen, 2000), é também necessário lembrar que a memória comporta sentidos que escapam e vão além das formulações simplistas que veem em demasia apenas aquilo que é da ordem da repetição, da simulação do passado para interesses meramente mercadológicos ou como indício de um esgotamento das possibilidades do presente ou do futuro.

Os contextos globais parecem nos impulsionar a uma reflexão sobre as culturas juvenis em que se apresentam não apenas as formas de resistências subculturais de enfrentamento à cultura hegemônica (importantes e necessárias), mas também aquelas que articulam conflituosamente em suas práticas e imaginários elementos das performatividades e estetizações nas quais o consumo, entretenimento e práticas comunicativas fazem deslizar alguns sentidos hegemônicos e podem revelar inauditas maneiras de ser e viver.

Nestes “corpos mídias-multiplataformas” dos jovens *cosplayers*, excessos de sentido escapam a lógicas simplistas que insistem em ver ali apenas repetição e alienação, expressando práticas comunicativas, culturais e de consumo que restituem passados distantes ou recentes e salientam os sentidos e articulações de temporalidades na atualidade. Nesta relação dos sujeitos com os objetos de consumo (Appadurai, 1986), muitas temporalidades se articulam, dando a conhecer possibilidades de mediação entre material e imaterial, real e imaginário, local e global, passado, presente e futuro e seus sentidos nas culturas juvenis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. (Org.). **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX – Neurose**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

NUNES, M. R. F. (Org.). **Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2015. 344p.

OKANO, M. A representação da estética Kawaii contemporânea: Lolitas. In: NUNES, M. R. F. (Org.). **Cena cosplay: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.195-218.

Palavras-chave: memória, consumo, culturas juvenis.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/04/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 19/05/2016

Simone Luci Pereira

Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP (Universidade Paulista), Brasil. Professora e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/SP), Brasil.

E-mail: simonelp@uol.com.br

Maria Fernanda Andrade da Silva

Bolsista Prosup-Capes. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da UNIP (Universidade Paulista), Brasil.

E-mail: mfernandacps@gmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Junho à Setembro de 2016 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

1 *A história fora do papel: a oralidade e o público jovem*

ISBN 978-85-7515-942-2

Autor: Celso Cisto

Editora: UPF, Passo Fundo, 139 páginas.

2 *Caminos al trabajo: el mundo laboral de los jóvenes durante la última etapa del gobierno kirchnerista*

ISBN 978-84-16467-43-3

Coordenadores: Mariana Busso y Pablo Pérez

Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 206 páginas.

3 *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964 – 1969)*

ISBN 978-85-232-1496-8

Autor: Maurício Brito

Editora: EDUFBA, Salvador, 146 páginas.

4 *Comentarios sobre las Leyes de Reforma del Sistema de Protección a la Infancia y la Adolescencia*

ISBN 978-84-9119-640-2

Autores: Vicente Cabedo Mallol, Isaac Revetllat Ballesté y Carlos Villagrasa Alcaide.

Editora: Tirant lo Blanch, Buenos Aires, 381 páginas.

5 *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*

ISBN 978-85-232-1484-5

Autora: Danila Gentil Rodriguez Cal

Editora: EDUFBA, Salvador, 362 páginas.

6 *Coordenador Pedagógico e o trabalho colaborativo na escola*

ISBN 9788515044009

Autoras: Laurinda Ramalho de Almeida e Vera Maria Nigro de Souza Placco

Editora: Edições Loyola, São Paulo, 184 páginas.

7 *Criança: objeto ou sujeito*

ISBN 978-85-7137-381-5

Organizadoras: Ana Laura P. Pacheco e Beatriz Oliveira

Editora: Escuta, São Paulo, 304 páginas.

- 8 *Diálogos entre Argentina, Brasil y Uruguay. Sujetos, políticas y organizaciones en educación***
ISBN 9789876915113
Organizadoras: Zelaya Marisa y Liliana Martignoni
Editora: Biblos, Buenos Aires, 290 páginas.
- 9 *Educação infantil: arte, cultura e sociedade***
ISBN 978-85-444-0997-8
Organizadoras: Magali Reis e Roberta Rocha Borges
Editora: CRV, Curitiba, 362 páginas.
- 10 *Educação integral: concepções e práticas a luz dos condicionantes singulares e universais***
ISBN 978-85-444-1111-7
Organizadoras: Sinara Almeida da Costa e Maria Lília I. S. Colares
Editora: CRV, Curitiba, 204 páginas.
- 11 *El adolescente contemporáneo: Problemas clínicos***
ISBN 978-987-1982-88-2
Organizador: Damasia Amadeo
Editora: Grama Ediciones, Buenos Aires, 96 páginas.
- 12 *El jugar en educación infantil y la formación de profesionales***
ISBN 978-3-8416-8128-7
Autora: Maria Isabel do Nascimento-André
Editora: Publicia, La Paz, 200 páginas.
- 13 *Infância e Educação: olhares sobre contextos cotidianos***
ISBN 9788571779877
Organizadores: Cleriston Izidro dos Anjos e Fernando Ilídio Ferreira
Editora: EDUFAL, Maceió, 205 páginas.
- 14 *Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios***
ISBN 978-85-8229-037-8
Autoras: Cristina Almeida Cunha Filgueiras e Regina Medeiros
Editora: PUC Minas, Belo Horizonte, 212 páginas.
- 15 *Juventudes, políticas públicas y participación. Un estudio de las producciones socioestatales de juventud en la Argentina reciente***
ISBN 978-987-1309-17-7
Autora: Melina Vázquez
Editora: Clacso, Buenos Aires, 90 páginas.
- 16 *Juventudes y política. Tendencias en la Argentina y en América Latina, conflictos y desafíos***
ISBN 978-987-1309-16-0
Autor: Pablo A. Vommaro
Editora: Clacso, Buenos Aires, 89 páginas.

- 17 *Korczak e a formação integral da criança***
ISBN 978-85-444-1139-1
Autora: Marcela Costa da Silva
Editora: CRV, Curitiba, 136 páginas.
- 18 *La educación de la clase alta Argentina: entre la herencia y el mérito***
ISBN 978-987-629-665-6
Autora: Victoria Gessaghi
Editora: Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 272 páginas.
- 19 *La Infancia Herida***
ISBN 9789502325880
Autora: Laura Lora
Editora: EUDEBA, Buenos Aires, 200 páginas.
- 20 *La juventud universitaria chilena y el enfoque de género. Autoconcepto, valores, participación social y comportamiento de riesgo en sexualidad***
ISBN 978-3-8416-8177-5
Autora: Paulina Vidal
Editora: Publicia, La Paz, 388 páginas.
- 21 *La revolución se hace en la calle: Una mirada al movimiento estudiantil latinoamericano***
ISBN 978-1-925317-35-0
Autor: Rodolfo Romero Reyes
Editora: Ocean Sur, La Habana, 88 páginas.
- 22 *Literatura para infancia, adolescencia y juventud***
ISBN 9789561125094
Jaque Hernandez, Camila Valenzuela Leon, Anahi Troncoso Araya, Isabel Ibaceta Gallardo y Claudia Andrea Andrade Ecchio
Editora: Editorial Universitaria, Santiago, 168 páginas.
- 23 *Narrar Cuba: Sueño joven de un país***
ISBN 978-1-925317-14-5
Autores: Rodolfo Romero Reyes y Yohana Lezcano Lavandera
Editora: Ocean Sur, La Habana, 144 páginas.
- 24 *Pedagogia da alternância: práticas educativas escolares de enfrentamento da exclusão social no meio rural***
ISBN 978-85-444-1054-7
Autora: Luci Mary Duso Pacheco
Editora: CRV, Curitiba, 172 páginas.
- 25 *Pedagogía crítica latinoamericana y género***
ISBN 978-958-665-388-6
Héctor Fabio Ospina Serna, Camilo Andrés Ramírez-López
Editora: Siglo del hombre, Bogotá, 270 páginas.

- 26 Pratas, grifes, grana e novinhas: adolescências, sociabilidades e ato infracional**
ISBN 978-85-444-1045-5
Autor: Thiago Rodrigo da Silva
Editora: CRV, Curitiba, 242 páginas.
- 27 Producción escrita y conversaciones sobre educación popular**
ISBN 9789587756944
Autora: Claudia Patricia Sierra Pardo
Editora: U. Nacional de Colombia, Bogotá, 170 páginas.
- 28 Políticas y reformas. Desandar para no naturalizar lo escolar**
ISBN 978-84-16467-21-1
Organizadoras: Renata Giovine, Ana María Montenegro, Liliana Martignoni
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 176 páginas.
- 29 Referenciais teóricos para pesquisa em educação: algumas contribuições**
ISBN 978-85-444-1090-5
Organizadores: Michelle Fernandes Lima e Valdoni Ribeiro Batista
Editora: CRV, Curitiba, 232 páginas.
- 30 Relaciones interpersonales y violencias entre adolescentes**
ISBN 978-3-8416-8137-9
Autora: Juana María Guadalupe Mejía Hernández
Editora: Publicia, La Paz, 288 páginas.
- 31 Representações sociais de professores da educação de jovens e adultos sobre sua formação docente e a afetividade no processo de ensino-aprendizagem**
ISBN 978-85-444-1015-8
Autora: Poliana da Silva Almeida Santos Camargo
Editora: CRV, Curitiba, 248 páginas.
- 32 Silêncios e barulhos juvenis latino-americanos - Na travessia da história**
ISBN 9788574317298
Autor: Hilario Dick
Editora: Unisinos, São Leopoldo, 224 páginas.
- 33 TIC: Objetos de aprendizaje y práctica docente**
ISBN 9786077113423
Humberto Rodríguez Hernández y Luis Iván Sánchez Rodríguez
Editora: Juan Pablos Editor, México, D.F., 176 páginas.
- 34 Violência escolar: verso e reverso das sociabilidades contemporâneas**
ISBN 978-85-444-1029-5
Autora: Adriana Dias de Oliveira
Editora CRV, Curitiba, 126 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ, seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras.
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no [site da DESIDADES](#), no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

